

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

*Globalização no Brasil: Alguns Reflexos sobre o Mercado de
Trabalho*

Patrícia Guimarães Vieira

Fortaleza, CE
Junho/2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

***Globalização no Brasil: Alguns Reflexos sobre o Mercado de
Trabalho***

Patrícia Guimarães Vieira

Orientadora: Jacqueline Franco Cavalcante

Monografia apresentada à coordenação
do Curso de Ciências Econômicas da
UFC, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Economia.

**Fortaleza, CE
Junho/2001**

Esta monografia foi submetida à coordenação do curso de graduação em Economia da UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Monografia aprovada em 03/07/2001

<hr/> Patricia Guimarães Vieira (Aluna)	<hr/> Média
<hr/> Profª Jacqueline Franco Cavalcante (Orientadora)	<hr/> Nota
<hr/> Profª Ana Maria Fontenele (Membro da Banca Examinadora)	<hr/> Nota
<hr/> Profª Maria Cristina Pereira de Melo (Membro da Banca Examinadora)	<hr/> Nota

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, a **DEUS** que me deu a vida em sua plenitude.

A meus pais, **Moacyr e Helena**, que sempre acreditaram em mim e a quem devo tudo o que conquistei.

A meus irmãos, **Márcio e Marcelo**, que me apoiaram e torceram por mim.

À professora **Jacqueline Franco Cavalcante**, minha orientadora, por sua dedicação e pelas sugestões que permitiram a realização desta monografia.

E, antecipadamente, às professoras **Ana Maria Fontenele e Maria Cristina Pereira de Melo**, pela disponibilidade e aceitação em fazer parte da banca examinadora.

RESUMO

A partir da década de 80 e principalmente na década de 90, muitas mudanças ocorreram no capitalismo mundial. O fim das barreiras comerciais, o livre fluxo de capitais entre diferentes mercados, a revolução tecnológica nas telecomunicações e na informática resultaram em transformações significativas no mercado mundial e nas economias nacionais dos países.

O processo de globalização atingiu de um modo muito particular as condições do mercado de trabalho. Infelizmente, em alguns países a abertura do comércio internacional, a liberdade do capital, aliados a outros fatores, chegaram para aprofundar uma crise que se tornou preocupação mundial, que é o desemprego e a precarização do mercado de trabalho.

Fez-se necessária, portanto, uma análise da forma de como a globalização, acompanhada da política neoliberal, transformou o mercado de trabalho e como o Estado e a sociedade civil estão se comportando diante do problema que atinge uma parcela cada vez mais crescente da população mundial.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - A Globalização.....	3
1.1. As Transformações na Economia Mundial.....	3
1.2. O Papel das Instituições Financeiras na Economia Global.....	9
1.3. Revolução Tecnocientífica.....	13
1.3.1. Características.....	13
1.3.2. Integração Regional.....	15
1.3.3. A Importância do Estado no Desenvolvimento Tecnológico.....	18
Capítulo 2 - O Mercado de Trabalho no Brasil e no Mundo.....	20
2.1. Utilização de Mão-de-Obra Barata e a Contração do Consumo.....	21
2.2. A Inserção Internacional do Brasil e os seus Efeitos para o Mercado de Trabalho.....	25
2.2.1. As Políticas Nacionais de Inserção ao Mercado Mundial.....	25
2.2.2. Flexibilização do Mercado de Trabalho.....	31
2.3. Encargos Sociais e Custo do Trabalho no Brasil.....	33
2.4. O Movimento Sindical no Brasil.....	39
Capítulo 3 - Medidas Alternativas para o Desemprego.....	43
3.1. As Políticas de Emprego no Brasil.....	45
3.2. A Economia Solidária.....	48
3.2.1. O Terceiro Setor X Participação do Estado.....	48
3.2.2. Formação de Cooperativas.....	50
3.3. A Flexibilização da Jornada de Trabalho.....	52
Conclusão.....	57
Referências Bibliográficas.....	59

Relação de Tabelas e Gráficos

- Tabela 1** – Os principais Blocos Econômicospág. 17
- Tabela 2** – Comportamento de alguns indicadores nos períodos de recessão e expansão no Brasilpág. 28
- Tabela 3** – Balança Comercial Brasileira (1989-1998)pág. 30
- Tabela 4** – Percentual de mão-de-obra ocupada por conta própria nas principais metrópoles brasileiraspág. 32
- Tabela 5** – Participação dos encargos sociais no custo unitário do trabalho no setor industrialpág. 35
- Gráfico 1** – Variação do PIB real da economia brasileira – Séc. XX.....pág. 26

Introdução

A Globalização, fato que mudou as relações do comércio mundial, não aconteceu da noite para o dia e se constitui em um fenômeno que atinge as relações entre os países, embora de forma diferenciada sobre cada um. Seus efeitos se estendem em todos os âmbitos, não só na economia, mas na política, nas telecomunicações, exigindo uma nova organização de seus agentes para a adaptação da nova ordem mundial.

Nesse contexto, os mercados financeiros ganham força através da grande mobilidade do capital entre diferentes países, participando de fusões e aquisições de empresas por todo o mundo e sustentando a valorização dos ativos.

Esta monografia tem por objetivo analisar algumas transformações que o mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo após o processo de abertura comercial do país, bem como verificar o comportamento do Estado e suas medidas econômicas diante da política neoliberal vigente nas últimas décadas.

No primeiro capítulo deste trabalho será visto que o poder econômico real está se transferindo das autoridades públicas e democráticas, cujas interferências são tidas como nocivas, para os mercados financeiros anônimos e incontrolados. Essa dominação do grande capital está gerando grandes transformações para as pequenas empresas da economia nacional.

Apesar da idéia neoliberal em defender um Estado mínimo, verificar-se-á a grande participação ativa deste nos países desenvolvidos no processo de aplicação do neoliberalismo e de formulação de políticas públicas diante da concorrência externa.

Uma das contradições analisadas no primeiro capítulo que a globalização está gerando é que paralelamente à abertura e aproximação de mercados, possibilitada pela revolução tecnológica, os países estão se unindo em blocos para formarem novas fronteiras comerciais e, assim, melhor se protegerem da concorrência internacional.

O segundo capítulo analisa as conseqüências da política neoliberal para o mercado de trabalho no mundo e de que forma o Brasil, a partir da década de 90, adotou o neoliberalismo para se integrar à nova economia mundial globalizada, cujas medidas a serem seguidas pelos países subdesenvolvidos se resumem na restrição orçamentária, desvalorização da moeda nacional, abertura ao comércio internacional e privatizações de empresas.

A acentuada concorrência internacional, fenômeno originado pela abertura econômica mundial, a política da valorização cambial, altas taxas de juros e a debilidade da capacidade de decisão do Estado, juntamente com sua desarticulação, têm levado a uma ampliação dos problemas do desemprego e subemprego. Estas transformações do capitalismo favorecem a maior instabilidade econômica e reduzidas taxas de crescimento, ampliando a insegurança do mercado de trabalho.

As empresas, diante da concorrência externa a que são submetidas, na tentativa de obter maior competitividade, promovem uma reestruturação produtiva com cortes de custos. Essas medidas conduzem a um índice de desemprego alarmante em certas economias, tendo como conseqüências a precarização das condições e relações de trabalho, com o elevado crescimento do trabalho temporário, sem renda fixa e em tempo parcial, caracterizando o mercado de trabalho por sua informalidade.

Enfim, no terceiro capítulo serão apresentadas alternativas que se propõem a resolver, ou pelo menos minimizar, o problema do mercado de trabalho que se abate não só no Brasil, mas em vários países do mundo. Primeiramente, serão analisadas algumas medidas cujo objetivo está relacionado diretamente ao problema brasileiro; em seguida, analisa-se o crescimento do terceiro setor que vem surgindo como uma nova via de criação de empregos; e, finalmente, a flexibilização da jornada de trabalho aplicada em alguns países para a ampliação da oferta de mão-de-obra.

Capítulo 1

A Globalização

1.1 As Transformações Na Economia Mundial

A globalização não é um fenômeno recente, mas, sem dúvida, nas últimas décadas ela tem sido acompanhada por profundas transformações nas dimensões econômica, financeira, tecnológica, o que acarreta também mudanças no âmbito da cultura, política, ideologia, etc. O ponto central destas mudanças é a aproximação dos mercados, transformando o mundo numa aldeia-global, onde o poder econômico é dominado pelas grandes corporações internacionais. A partir de meados da década de 1970, foram intensas as modificações socioeconômicas relacionadas ao processo de internacionalização da economia mundial. A forma de organização da atividade produtiva foi radicalmente alterada para além da busca apenas de mercados globais; a própria produção passou a ser global.

Os impactos destas transformações se fazem sentir de forma muito nítida e com opiniões bastante difusas. A sua recepção inicial foi marcada pelo entusiasmo otimista, mas com o correr do tempo este foi sendo substituído pelo temor e pelo desencanto. O mundo globalizado tornou-se mais aberto e receptivo mas além da livre circulação de bens, os países pobres tornam-se mais dependentes do capital externo.

Esta integração global é acompanhada da ascensão de uma doutrina agora vigente na economia: o neoliberalismo, irradiado a partir do pensamento Reagan-Tatcher e

ampliado pelas antigas instituições de Bretton-Woods¹. Simplificando, eis sua tese básica: o mercado é bom e interferências do Estado são prejudiciais à economia.

A seguir, serão listadas algumas idéias defendidas por essa doutrina:

- a) Combate ao estatismo, ou seja, intefeerências do Estado nos assuntos econômicos sob a forma de regulador do mercado são consideradas prejudiciais ao livre fluxo da economia;
- b) Redução dos direitos trabalhistas, por considerá-los extremamente excessivos para as empresas. Defende-se, portanto, a flexibilização e a fragilização das condições de trabalho;
- c) Abertura irrestrita das economias nacionais ao capital estrangeiro, permitindo-se a entrada livre de grandes corporações oligopolísticas transnacionais no mercado interno;
- d) Redução dos índices inflacionários para favorecer o livre trânsito do capital financeiro internacional, sobretudo o especulativo.

Redução da participação do Estado no processo produtivo, dando início ao processo de privatização das empresas estatais (DIAS, 1996).

Partindo das idéias dos expoentes dessa escola, os governos do Ocidente, majoritariamente a favor da liberalização econômica, levantaram esse dogma como diretriz de sua política no decorrer da década de 1980. Desregulamentação em vez de controle pelo Estado, liberalização do comércio e do fluxo de capitais, bem como privatização das empresas estatais, tornaram-se armas estratégicas nos planos de governo destes países crenes na economia de mercado e das organizações por eles orientadas: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC, a entidade que sucedeu o Gatt).

¹ Reunião ocorrida em 1981, com 22 países participantes, cujo objetivo era retomar o diálogo entre os países do Norte e do sul. Porém, os Estados Unidos enfatizaram que a melhor maneira de acabar com a pobreza dos países do terceiro Mundo seria por meio de investimentos privados e abertura ao comércio internacional (SANDRONI, 1994, p. 68).

A luta pela liberdade do capital se tornou a principal regra a vigorar na economia mundial. Nenhum setor, seja ele a navegação, telecomunicações, bancos, indústria de construção, até mesmo a mão-de-obra, nada nem ninguém se livrará da lei da oferta e da demanda, que segundo os defensores da lei do mercado é o melhor de todos os princípios reguladores. Os capitalistas já não temem mais a ditadura do proletariado, mas lutam pelo estabelecimento de uma nova ditadura: a do mercado internacional. A ampliação do comércio tornou-se um fim em si mesmo, sem nenhum tipo de contestação. *“A liberação total do fluxo internacional de divisas e capitais representou a intervenção mais radical na estrutura econômica das democracias ocidentais e conseguiu impor-se quase sem resistência.”* (HANS PETER MARTIN & SCHUMANN, 2000).

Para Chesnais (1996, p. 34), a perda da capacidade da maioria dos países capitalistas em conduzir um desenvolvimento parcialmente sustentado e independente, o desaparecimento de uma relativa autonomia dos mercados nacionais e a impossibilidade de alguns Estados de adotarem políticas próprias não são conseqüências próprias da globalização, não são impostas a cada país. Por contraditório que possa parecer, foi necessária uma intervenção política ativa dos governos, primeiramente de Thatcher e Reagan e depois adotadas por outros Estados, e sem a implantação de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e as corporações internacionais não teriam tão facilmente derrubado as barreiras comerciais e conquistado mercados mundiais para a livre circulação de seus capitais.

A Terceira Revolução Industrial, que ainda está em curso, difere das outras pelo grande aumento da produtividade do trabalho, não só na indústria como em diversos outros serviços. Este aumento de produtividade torna os produtos mais baratos, mais acessíveis, ocasionando a expansão de mercados, porém a produtividade pode provocar em alguns países a liberação de mão-de-obra, em quantidade relativamente maior ao aumento do consumo. Portanto, a redução do volume total de ocupação é uma tendência constante na atividade econômica na atualidade.

O capitalismo atual é impulsionado pela força das contradições que ele próprio gera. De um lado, a enorme escala de investimentos necessários para adquirir novas

tecnologias de produção acarreta num processo de concentração, onde apenas grandes corporações mundiais, em número bastante restrito, dominam todo o mercado internacional. São elas que ditam o que, como, quando e onde produzir os bens e serviços oferecidos ao mercado. Por outro lado, elas competem entre si, buscando a redução de custos e aumento de qualidade para conquistar uma fatia cada vez maior do mercado e obter grandes acumulações.

Simultaneamente a este processo de concentração, em busca da eficiência e conquista de mercados ocorre o fenômeno oposto, que é a tendência à fragmentação ou descentralização do capital: terceirizações, franquias, informalização do trabalho e flexibilização do mercado de trabalho, através dos contratos temporários e estes fatores contribuem para a precarização do trabalho.

Desse modo, as pequenas empresas oferecem seus serviços às grandes corporações por um custo bem reduzido. A regra do capitalismo atual é a de que poucos grandes grupos operem em escala mundial, buscando a redução dos custos dos seus fatores de produção. Enquanto inúmeras pequenas empresas impulsionam o funcionamento da cadeia produtiva central com seus custos mais baixos.

O que ocorre é que as grandes empresas verticalmente organizadas estão sendo obrigadas pelo mercado a se desintegrarem. Elas, então, deixam de exercer atividades complementares e passam a comprá-las no mercado concorrencial, arcando com um custo bem menor. Nesse ponto é que entra o papel das empresas menores que oferecem os serviços “terceirizados”. No caso das grandes empresas horizontais, por pressão da concorrência dão maior autonomia as suas filiadas, estando elas ligadas à matriz somente por contratos de franquias, ficando, portanto, fora do controle direto da empresa matriz.

Outra consequência da descentralização do capital é que muitas dessas atividades que não estão sob o domínio do grande capital monopolista passam a ser exercidas por pequenos empresários, autônomos ou cooperativas, deixando de ser empregos formais com amplos direitos aos trabalhadores e passam a se constituir em ocupações cujas garantias e direitos são mínimos. É a chamada informalização do mercado de trabalho.

A outra grande contradição inerente ao capitalismo global contemporâneo é a dialética exclusão versus inclusão. Por um lado, há o crescimento do desemprego estrutural (incapacidade de geração de empregos formais devido ao aumento da mecanização e automação), que gera a exclusão para grande parte da população, mas, por outro lado, o capitalismo atual se sustenta porque a redução dos preços dos produtos globais agrega novos mercados à margem do consumo por possuírem rendas restritas, que antes da liberdade de fluxo do capital não se pensava em atingir. Daí pode-se explicar por que as grandes empresas globais tiveram grande crescimento em países periféricos da Ásia e América Latina (Ver DUPAS, 1999, págs. 39 e 40).

A palavra-chave que resume a crise do mercado de trabalho, segundo os estudiosos, é a *globalização*. Alta tecnologia nas telecomunicações, preços reduzidos no transporte e abertura do comércio fazem com que o mundo inteiro faça parte de um único mercado. Isso exporia até mesmo o mercado de trabalho a duras condições de concorrência. Os países europeus e os Estados Unidos criariam novos postos de trabalho apenas em países cuja mão-de-obra fosse barata. Alega-se que em países como Alemanha e Áustria, os trabalhadores receberiam altos salários, trabalhariam pouco e usufruíam de longas férias. O Estado do bem-estar social havia se tornado uma ameaça ao sistema e maior disparidade social seria inevitável (Ver MARTIN & SCHUMANN, 2000).

O processo de globalização está longe de se constituir em unanimidade. Apesar da idéia que os defensores do neoliberalismo tentam passar para o mundo que todos estão inexoravelmente fadados a seguirem a cartilha imposta pelo modelo norte-americano, existem fatos, estes sim incontestáveis, cuja maior gravidade advém do próprio processo em andamento. Na Europa, Japão, China e Índia o progresso ao alcance de todos tão ardentemente defendido pelos neoliberais não se mostra tão evidente quando confrontados com a grande concentração de renda, inexistência de políticas sociais e alto índice de desemprego/subemprego nestes países.

A reestruturação do capital realizada dentro de grandes mudanças na ordem internacional da economia, como globalização financeira, instabilidade econômica, inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais rompeu com as antigas formas de concorrência e com os mecanismos nacionais e internacionais que a regulavam.

Esse rompimento da regulação favoreceu o surgimento de uma nova fase, em que a concorrência não significaria mais a forma de como o mercado funciona, se concorrencial, oligopolista ou monopolista, mas sim, um novo modo de vida, um credo universal e ideológico dominante. Esta concorrência desregulada, porém, tem induzido a um comportamento não só das empresas, como também dos indivíduos e dos Estados, cada vez mais predatório e espúrio, cujos efeitos atingem toda a sociedade.

A predominância do pensamento individualista e da diferenciação da riqueza, da renda e do consumo sustentados pelo mercado auto-regulável substituem o sentimento da ética da solidariedade pela ética da eficiência. Em nome da concorrência e da eficiência, antigas formas de organizações coletivas como sindicatos e comunidades perdem força na sociedade e cria-se uma maior indiferença em relação ao crescimento do número de pessoas excluídas que a economia está gerando.

As empresas, em busca de maior competitividade, internalizam as inovações tecnológicas e organizacionais e externalizam os custos e parcelas da produção e todos os seus efeitos nocivos a toda a sociedade. As parcelas menos rentáveis da produção são transferidas às empresas menores e empresas terceirizadas e estas contratam mão-de-obra em situações precárias e com menores salários. Ao mesmo tempo, realizam cortes de pessoal e elevação da jornada de trabalho.

Os indivíduos e as empresas relegam para o Estado nacional a responsabilidade da solução dos grandes problemas que se abateram no final do século XX: elevação do desemprego, condições precárias de trabalho, ampliação da pobreza e das desigualdades sociais.

É principalmente sobre o próprio Estado que recaem os grandes efeitos sociais da concorrência desregulada. Em uma sociedade onde impera a instabilidade no mundo do trabalho, torna-se difícil o crescimento sustentado e duradouro, formando-se assim um cenário ideal para que se estabeleça uma depressão econômica.

Muitos Estados nacionais aliados às empresas privadas, devido à concorrência desregulada e ausência de normas internacionais, passaram a investir em países com menores salários, maior flexibilidade de contratação, condições precárias de trabalho e

menor organização sindical.

Desregulamentação, liberalização e privatização, estas são as palavras de ordem da política econômica européia e norte-americana, seguindo o paradigma neoliberal e afastando o Estado do papel de regulador da economia. Torna-se evidente quem arcaria com os custos do livre mercado. Os setores de demanda intensiva de trabalho, que empregava muita mão-de-obra qualificada com bons salários e empresas de todos os tamanhos se viram ameaçadas com a concorrência dos países com baixos salários.

Karl Marx, em 1865, em seus estudos sobre o capitalismo, já preconizava o que se pode observar nos dias atuais: “ *A tendência geral da produção capitalista não é a de aumentar o nível médio das remunerações, mas sim de reduzi-lo, ou achatá-lo até seu limite mínimo* ” (MARX Apud MARTIN; SCHUMANN, 2000).

1.2 O Papel das Instituições Financeiras na Economia Global

As instituições mundiais, tais como FMI (Fundô Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio) e Banco Mundial exercem uma função fundamental na reestruturação das economias nacionais. A OMC, criada em 1995 em substituição ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), tem como missão regulamentar e supervisionar o comércio internacional e nacional para favorecer as grandes instituições financeiras e corporações transnacionais. São essas instituições que impõem as condições, controlam e vigiam a política econômica dos países em desenvolvimento.

Os países do Terceiro Mundo, representados por suas elites locais, através de acordos e negociações, comprometem-se a cumprir as condições impostas pelo FMI, que representa os interesses dos países desenvolvidos. Restrição orçamentária, desvalorização da moeda nacional, liberalização do comércio e privatização são algumas das imposições que os países dependentes do capital internacional têm que aceitar.

Essa condição é aceita porque são devedores e dependem de crédito internacional. A submissão às orientações políticas e econômicas prescritas pelo FMI é condição para que haja uma renegociação da dívida, em que o país devedor consegue

maior prazo para o pagamento do principal, mas fica obrigado a pagar os juros dessa dívida.

Os países que se recusam a seguir tais condições, enfrentam grandes dificuldades para renegociarem suas dívidas e obter novos empréstimos, incorrendo no risco de prejudicar a economia nacional. Estes países se constituem em novas colônias do atual sistema econômico, chamadas de “colônias de mercado”².

Essa atual forma de dominação econômica subordina o povo e os governos através das forças do mercado, que apenas aparentemente se mostram neutras. Com isso, os países em desenvolvimento se tornam cada vez mais distantes da construção de uma economia nacional soberana. A internacionalização da política macroeconômica transforma as economias do terceiro mundo em reservas de mão-de-obra barata e de matérias-primas, resultando em uma população cada vez mais empobrecida e sem perspectivas.

As instituições financeiras exigem como condição para o empréstimo aos seus países devedores e a rolagem da dívida externa alguns ajustes estruturais dentro da economia: o primeiro deles é a estabilização, o que significa desvalorização da moeda, liberação dos preços e restrição orçamentária. Depois, seguem-se diversas reformas estruturais, ditas como fundamentais.

➤ A desvalorização da moeda altera as relações entre oferta e demanda na economia do país, visto que o câmbio regula os preços reais e o valor real dos salários.

A maxidesvalorização é um dos objetivos a serem perseguidos pelo FMI. Suas conseqüências são o imediato aumento dos preços, diminuição dos rendimentos reais e redução do custo da mão-de-obra calculado em moeda forte. A inflação provocada pela desvalorização do câmbio, obriga o país (seguindo as instruções do FMI) a lançar um programa antiinflacionário cujo alvo real deveria ser a desvalorização do câmbio mas, em vez disso, atinge a demanda. Para acabar com a inflação a demanda deve ser contraída. É exigida a demissão de servidores públicos, cortes em programas assistenciais e

² Colonialismo de mercado: Expressão usada por Michael Chossudovsky para explicar a nova forma de dominação econômica e política, cuja política macroeconômica está sob o controle direto do FMI e Banco Mundial, atuando em nome de poderosos interesses políticos e financeiros (1999, pág. 29).

desindexação dos salários. No que diz respeito aos salários, estes são desindexados para evitar, segundo o Fundo, o agravamento da inflação, tratado como inflação de demanda. Além disso, defende-se a flexibilização do mercado de trabalho, a eliminação dos direitos ao reajuste salarial e o fim da legislação do salário mínimo.

➤ A liberalização dos preços é defendida pelo FMI, juntamente com o Banco Mundial, como forma de eliminar certas distorções, eliminando todos os subsídios e controles existentes.

A desregulamentação dos preços e a liberalização das importações de produtos essenciais, juntamente com a desvalorização da moeda, resultam numa substancial elevação dos preços locais, tendo um impacto imediato sobre os custos da atividade econômica.

➤ As instituições financeiras, como forma de reduzir as despesas do Estado, exigem a demissão dos servidores públicos e o drástico corte nos programas sociais. É defendida a gradual retirada do Estado nas áreas da saúde e educação. Essas medidas de restrições orçamentárias, impostas pelo FMI, são um dos principais responsáveis pela situação calamitosa em que se encontram os serviços públicos dos países em desenvolvimento. Grande parte da população carente destes países não têm direito à escola nem à saúde de qualidade. Tudo isso sob a cooperação das grandes instituições financeiras internacionais.

Cumpridas as primeiras reformas macroeconômicas de estabilização, as instituições de Bretton Woods exigem outras medidas que atendam unicamente a seus interesses. Esse pacote de reformas é financiado pelo FMI e o Banco Mundial.

➤ A liberalização do comércio consiste na primeira medida econômica ditada pelas grandes instituições financeiras. A estrutura tarifária desestimula a produção voltada para o mercado local, alocando ineficientemente os recursos disponíveis. Desse modo, deveria-se eliminar as cotas de importação e reduzir as barreiras tarifárias de proteção, tornando a indústria nacional mais competitiva.

Essas medidas teriam uma repercussão negativa no déficit orçamentário, visto

que as receitas aduaneiras se reduziriam, agravando ainda mais o desequilíbrio fiscal, além de acabar com a indústria voltada ao mercado interno.

➤ A reforma fiscal, com o objetivo de aumentar as arrecadações tributárias, tendem a reduzir a produção nacional, diminuindo a o ritmo da economia, tanto no lado da oferta como da demanda, tendo como consequência o aumento de demissões. Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo defende a isenção do Estado na economia, seus fundadores também exigem que o próprio Estado aumente suas tributações para servir como fonte de pagamento dos serviços da dívida. Enquanto o governo obriga dos produtores locais o pagamento de uma quantia onerosa de impostos, as empresas transnacionais e o capital estrangeiro, inclusive o especulativo, são estimulados a entrar no país com isenções e subsídios.

➤ A privatização de empresas estatais é outra exigência para que o país devedor possa renegociar a dívida externa. As empresas mais lucrativas passam das mãos do estado nacional para o capital estrangeiro em troca de parte da dívida. Essas empresas são vendidas a um custo muito abaixo do seu valor real.

Essas reformas estruturais com o objetivo de acabar com a situação deficitária na Balança Comercial dos países em desenvolvimento, para posteriormente pagarem a dívida e reiniciar o processo de recuperação econômica provocaram efeitos opostos. Esse pacote acaba com a possibilidade de um processo de desenvolvimento econômico nacional soberano. As reformas do FMI deterioram os setores sociais dos países que seguem suas orientações. O Estado nacional é desintegrado e a produção nacional é destruída devido ao achatamento dos salários reais e à concorrência do capital estrangeiro (Ver CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 54).

1.3 A Revolução Tecnocientífica

1.3.1 – Características

As transformações que estão em curso na economia mundial, num processo de globalização e regionalização do sistema se deve à rápida evolução e à disseminação das tecnologias da informação e da comunicação. Não existem mais fronteiras comerciais após a popularização da internet, que agiliza o comércio internacional e as transações financeiras.

O sistema capitalista está em contínuo processo evolutivo, é inerente à sua natureza a ocorrência de constantes transformações na vida econômica, social e política. Essas mudanças não podem ser atribuídas somente à ocorrência de guerras, revoluções, nem tampouco ao aumento da população ou às variações do sistema monetário.

Os principais impulsos que fazem com que a economia capitalista se caracterize como um ciclo de constantes mudanças são a produção de novos bens de consumo, de novos métodos de produção, abertura a novos mercados, desenvolvimento de novas formas de aglomerações das empresas e desenvolvimento de novas tecnologias de informação. Esses fatores são os verdadeiros motivadores das constantes revoluções na estrutura econômica.

Para Schumpeter (1961), esse fenômeno se origina de dentro das empresas, a partir das inovações tecnológicas³, destruindo incessantemente o antigo e criando novos elementos. O entendimento desse processo de destruição criadora é fundamental para a compreensão do comportamento do sistema capitalista e para a própria sobrevivência das empresas no mercado.

A concorrência entre as empresas não se dá via preços. A conquista de uma parcela maior do mercado ocorre através da oferta de novas mercadorias, utilização de novas técnicas de produção, e novos tipos de organizações das empresas. Por isso, as empresas precisam estar em constante busca para implantação de novas tecnologias e,

³ Segundo Schumpeter, as inovações tecnológicas abrangem cinco categorias de fatores: fabricação de um novo bem; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de nova fonte de matérias-primas; nova organização econômica, tal como um monopólio (SANDRONI, 1994, pág. 318).

assim, auferirem maiores lucros em relação aos concorrentes. Isso se dá até o momento em que a tecnologia seja difundida quando ocorre a expansão da produção e redução dos preços (Ver SCHUMPETER, 1961, págs. 103-107).

As inovações tecnológicas a partir dos anos 80 representam, ao atual capitalismo global, um instrumento essencial para o controle e supervisão das grandes corporações internacionais. As empresas minimizam seus custos de trabalho em escala mundial através de sua capacidade de conectar-se com vários locais de produção de mão-de-obra barata por todo o mundo, principalmente nos setores que utilizam trabalho intensivo. Facilmente, empregados de países centrais são demitidos por causa de seus altos salários e a produção é transferida para países cujos salários são menores. As inovações tecnológicas, aliadas ao processo de transferência de produção e à reestruturação das empresas favorecem o processo de fusões e aquisições de empresas por grandes corporações (Ver CHOSSUDOVSKY, 1999, págs. 65 e 66).

Como consequência dessas mudanças tecnológicas e do desenvolvimento das forças produtivas tem-se a expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento. Os processos de produção, da organização do trabalho e da força de trabalho passaram a exigir amplos conhecimentos, tanto global como específico.

Algumas das características principais da revolução científica são analisadas a seguir:

➤ O trabalho diretamente produtivo é substituído pelas máquinas, os sistemas de produção se tornam mais complexos. Foi a automatização do trabalho, através da mecanização e da administração científica, que fez com que o trabalho humano se submetesse à dinâmica e ao funcionamento do novo processo produtivo.

➤ A estrutura do emprego sofreu grandes modificações como consequência das novas formas de produção. A automação, a redução da jornada de trabalho devido ao aumento da produtividade, a formação de uma economia global e a predominância de atividades científicas fizeram com que o número de empregos ligados à indústria e à agricultura se reduzissem, razão pela qual os trabalhadores se deslocaram para o setor de serviços, principalmente ligados à produção, armazenamento e difusão da informação e ao

lazer (turismo, esportes, televisão, etc).

➤ Cria-se uma nova divisão do trabalho entre os países. Os mais desenvolvidos, que têm o controle do capital, dedicam-se às atividades que exigem grande conhecimento tecnológico e incentivam as pesquisas, enquanto os países de médio desenvolvimento são responsáveis pela produção de peças e outras partes que não exigem conhecimentos intelectuais, apenas habilidade manual e que oferecem mão-de-obra mais barata. Estes países não desenvolvem tecnologia própria, são dependentes dos conhecimentos estrangeiros.

➤ A concentração e a centralização da produção assumem formas mais globais. O produto não possui mais uma única nacionalidade. A produção é realizada em um conjunto de empresas interligadas entre si, mas que estão distribuídas por todo o mundo. Nessa fase, dá-se início ao processo de fusão de empresas e subcontratação de mão-de-obra (Ver SANTOS, 1993, págs. 25-32).

1.3.2 – Integração Regional

A produção econômica se elevou para uma escala mundial após incorporações de novas tecnologias. A reestruturação da economia dependerá, portanto, da conquista de novos mercados para as empresas escoarem os produtos e terem condições de introduzir importantes inovações econômicas na produção. Desse modo, faz-se necessária uma maior integração entre os mercados internacionais dentro de uma determinada região delimitada pelos governos de seus Estados.

Essa integração também é importante para que os Estados, juntamente com empresas privadas, possam enfrentar os crescentes custos de pesquisa e desenvolvimento para possibilitar a criação de novos produtos e novos processos de produção.

O processo de integração regional, ao mesmo tempo que segue a tendência da globalização econômica, tem características anti-liberais, protecionistas. Por um lado, há a livre mobilidade dos fatores e de produtos dentro da região integrada, é o liberalismo. Paradoxalmente, há a proteção das empresas e da produção da região contra a competição

externa, é a economia protecionista.

Os países estão se unindo em blocos econômicos como forma estratégica de sobreviverem economicamente dentro do mercado mundial. *“Trata-se de favorecer a concentração e a centralização econômica dentro de novos padrões tecnológicos capazes de garantir o aumento de produtividade, a rebaixa de custos e portanto a competitividade dos produtos regionais no mercado mundial”* (SANTOS, 1993, p.43).

Não se chega em um consenso entre analistas em comércio internacional se a formação de blocos econômicos constitui numa etapa necessária na direção de um mundo livre comercialmente, sem barreiras ou se estes representarão minifortalezas que dificultarão o livre comércio mundial, através da imposição de barreiras comerciais.

O comércio internacional atualmente exige que os países se unam na formação de grandes blocos. Pode-se verificar na tabela 1, a existência de várias associações de países, geralmente de uma mesma região geográfica. Unidos, adquirem maior representatividade diante do comércio internacional e relações comerciais privilegiadas entre si.

O primeiro bloco econômico que se formou, em 1957, foi a Comunidade Econômica Européia, atual União Européia. Mas a tendência de regionalização da economia se fortalece principalmente nos anos 90, quando se desfazem os dois grandes blocos da Guerra Fria, liderados pelos Estados Unidos E União Soviética.

Atualmente, as principais zonas de livre comércio são as seguintes: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que abrange os três países da região; a União Européia (UE) – estes apresentando os maiores índices do PIB *per capita* -; o Mercado Comum do Sul (Mercosul), formado pelo Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil; a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) – maior bloco em termos de população e PIB total -;e, em menor grau o Pacto Andino, que abrange os países da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile; a Comunidade do Caribe e Mercado Comum (Caricom); a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean); a comunidade dos Estados Independentes (CEI); e a Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC).

Tabela 1 : Os principais blocos econômicos

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS					
Blocos	Integrantes	PIS total (milhões de US\$)	População total (milhões de hab.)	PIB per capita (em US\$)	Data de criação
Asean	7 países	541.075	429,00	1.161,25	1967
Apec	17 países e 1 território	14.119.450	2.217,00	6.368,72	1989
Caricom	12 países e 3 territórios	(*)16.135	5,82	2.772,34	1973
Mercosul	4 países	859.874	207,70	4.139,98	1991
Nafta	3 países	7.568.082	391,10	19.356,76	1988
Pacto Andino	5 países	197.662	101,50	1.947,41	1969
União Européia	15 países	7.324.381	372,40	19.668,05	1957
SADC	11 países	145.950	137,20	1.063,78	1979
CEI	12 países	550.989	285,00	1.933,29	1991

Fontes: Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a população. In: www.liceusabin.br (2000)

(*) Excluídas as ilhas Virgens Britânicas e as ilhas Turks e Caicos.

O processo de formação de blocos econômicos não cessa por aí. Existem três projetos de formação de grandes superblocos:

- a) Acordo entre a união Européia e o Mercosul, que prevê a criação de uma zona livre de comércio entre os 19 países dos dois blocos;
- b) Há a intenção de 34 países americanos, excluindo Cuba, fazerem o mesmo, ao mesmo tempo, entre as Américas;
- c) Há outro projeto da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) para criar uma zona de livre comércio em duas etapas, a primeira em 2010, e a segunda em 2020.

Qualquer que seja o grande bloco a ser formado, este, sem dúvida se constituirá na maior zona de comércio do mundo. Isso, no entanto, não impede que haja uma inter-relação entre os outros blocos e ocorra uma liberalização em escala planetária.

Pode-se verificar que a regionalização e a globalização não são fenômenos necessariamente, contraditórios ao processo de busca pelo livre mercado. Isso vai depender

muito da forma como os países integrantes de cada bloco se comportam diante da concorrência internacional (Ver ALCOFORADO, 1998).

1.3.3 A Importância do Estado no Desenvolvimento Tecnológico

É importante notar que no processo de globalização da economia e de integração regional, os Estados não têm participação mínima, ao contrário, eles são fundamentais para que esses fenômenos ocorram. São eles que organizam e permitem os processos de integração regional, as empresas multinacionais, que se dizem transnacionais, não poderiam sobreviver se não fosse o financiamento e o apoio dos Estados nacionais, seja dos países de origem ou seja dos países que as recebem.

O Estado também tem grande responsabilidade no processo de revolução tecnocientífica. Os novos avanços tecnológicos contam com o seu apoio econômico através de financiamentos para pesquisas em laboratórios e universidades ou através de incentivos e renúncias fiscais. O Estado também intervém na criação de áreas de investimento e orientação estratégica para as empresas privadas, além de seu financiamento. Com todas essas intervenções estatais, torna-se sem efeito todo discurso a favor da privatização e liberalização econômica.

Nos Estados Unidos, o berço da doutrina neoliberal, durante a década de 80, o Estado interveio diretamente na fixação das taxas de juros, na política de emprego, na proteção de setores econômicos contra a concorrência externa, no treinamento de mão-de-obra e na educação. Em nenhum outro país do mundo pode-se encontrar uma intervenção estatal tão rigorosa e tão abrangente quanto no país defensor do neoliberalismo. Isto pode ser explicado, segundo os próprios norte-americanos, pela razão de que o Estado não intervém diretamente na produção, mas sustenta indiretamente, por meio de contratos e subcontratos, enorme quantidade de empresas e trabalhadores. Além disso, toda essa regulação estatal se faz com o objetivo de garantir o livre mercado, a livre iniciativa e a liberdade individual.

A vantagem das empresas norte-americanas se submeterem ao controle tão forte do estado é que elas conquistam maior concentração produtiva e econômica, maior monopolização do mercado e centralização do capital. A importância desse controle estatal nos setores de pesquisa e desenvolvimento é que a criação de grandes laboratórios e

centros de pesquisa é financiada pelo Estado, mas os resultados das pesquisas e desenvolvimento é de propriedade privada, pertencem às empresas e não ao governo. Estudos do Banco Mundial evidenciam o crescimento da intervenção estatal e da empresa pública, sobretudo nos países desenvolvidos (Ver SANTOS, 1993, págs. 57-61).

As políticas públicas, conduzidas pelo Estado, devem se adaptar ao novo paradigma industrial e tecnológico e basear o aumento da competitividade global da economia na melhora de recursos humanos, tanto em termos educacionais como de qualidade de vida. A dimensão social das políticas públicas não se limita a políticas de caráter assistencial. Ao contrário, todas as políticas econômicas deveriam se preocupar simultaneamente com a dimensão produtiva e social, característica esta que não está freqüentemente presente nas políticas adotadas pelo Brasil e nem no paradigma liberal do Estado mínimo (Ver TAVARES; FIORI, 1993, pág. 107).

Após a análise das transformações pelas quais a economia mundial está passando, pode-se verificar que a própria adoção da política neoliberal prescinde da ação do Estado para o seu desenvolvimento.

Planos econômicos de abertura comercial e liberalização não devem excluir o planejamento de desenvolvimento social do país. As constantes inovações tecnológicas, as transformações das relações econômicas e da produção mundial exigem uma intervenção eficaz do Estado na sua política interna para que o país possa atingir seus objetivos de inserção internacional e, ao mesmo tempo, oferecer melhores oportunidades à população.

Capítulo 2

O Mercado de Trabalho no Brasil e no Mundo

A partir do início da década de 90, ficaram evidentes os efeitos inevitáveis causados pela desestruturação que ocorreu nesse período sobre o mercado de trabalho. Houve, em geral, uma mudança setorial na composição da mão-de-obra, com aumento das vagas no setor terciário, ainda que concentrado nos setores de serviços de produção e os serviços sociais e a liberação de mão-de-obra por parte dos setores primários e secundários. Paralelamente a isso, ocorre no mundo do trabalho a precarização das condições⁴ e relações de trabalho⁵, reduções de salários e aumento do desemprego, fatores que têm contribuído para o estabelecimento da insegurança do trabalho.

Apesar do pensamento unânime a respeito da generalização do desemprego, o mesmo não se pode verificar quanto às suas causas, portanto não há um diagnóstico homogêneo para sua solução. Cada instituição internacional apresenta suas próprias propostas para o problema, entretanto, mais parecem estar interessados na defesa de seus próprios interesses do que na resolução do real problema do mercado de trabalho. O Banco Mundial acredita que o desemprego é decorrente da ausência da plena liberdade comercial e da ampla difusão tecnológica. A difusão de novas tecnologias tem sido comumente apontada como a responsável pela diminuição de postos de trabalhos, porém ao contrário do que se procura defender, a expansão do comércio externo vem sendo identificada como

⁴ Caracteriza-se pela ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente. Pode ser observada pelo aumento do trabalho temporário e sem renda fixa. Os trabalhadores não contribuem à Previdência Social, portanto, não tem direito à aposentadoria ou qualquer outro benefício (MATOSO, 1996, p. 8).

⁵ Processo de deterioração das relações de trabalho, com ampliação da desregulamentação, contratos temporários, existência de falsas cooperativas de trabalho e terceirizações (MATOSO, 1996, p. 8).

reduzidora de empregos que exigem menor qualificação nos países centrais, devido ao deslocamento geográfico de empresas, e nos países em desenvolvimento, a abertura do comércio internacional vem contribuindo para maior precarização do mercado de trabalho. A OCDE⁶ atribui à falta de empregos os problemas conjunturais e a forte regulamentação trabalhista e exagerada proteção social. Já para OIT⁷, a escassez de vagas decorreria das insatisfatórias taxas de crescimento econômico. Essa ausência de uniformidade quanto às origens do desemprego / subemprego só acarreta em maior dificuldade para a definitiva resolução do problema (Ver POCHMANN, 1999, pág. 39). Não se deve tentar simplificar o problema do mercado de trabalho limitando-se a uma ou duas variáveis. Esta é uma situação complexa decorrente de muitas transformações ocorridas não só no âmbito econômico, mas também social, tecnológico e político.

2.1- Utilização de Mão-de-Obra Barata e a Contração do Consumo

A economia globalizante tem se caracterizado por amplas reformas nas economias nacionais em desenvolvimento e pela redefinição de seus papéis na nova ordem econômica mundial. As reformas macroeconômicas aplicadas em vários países simultaneamente exercem um papel fundamental na determinação dos níveis salariais e dos custos do trabalho em nível mundial.

A economia mundial se caracteriza pela transferência de grande parte da base industrial dos países desenvolvidos para locais onde a mão-de-obra é mais barata nos países subdesenvolvidos. O desenvolvimento da economia exportadora baseada na mão-de-obra barata se iniciou nos anos 60 e 70 no Sudeste Asiático em locais como Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul, ganhando força e adquirindo maior dimensão a partir dos anos 80.

O comércio mundial contemporâneo não apresenta mais a divisão tradicional

⁶ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico: Instituição criada em 1961, que abrange os 23 países mais ricos e industrializados, além de outros cinco vizinhos. Tem como objetivo incentivar o crescimento econômico, o alto nível de emprego e a estabilidade financeira entre os países membros, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico em geral e a expansão do comércio multilateral (SANDRONI, 1994, p.243).

entre a indústria e a produção primária. Países do Terceiro Mundo apresentam uma produção industrial que já abrange muitas áreas de produção, como automóveis, construção naval, produção de armamentos.

Esse fenômeno da produção mundial se basear na utilização de mão-de-obra barata implica para os países do Terceiro Mundo uma redução da demanda interna em suas economias, destruindo, assim, a produção nacional para o mercado interno e consolidando uma economia de exportação baseada na mão-de-obra barata. A compressão dos salários dos trabalhadores dos países em desenvolvimento serve de base para a transferência da atividade econômica dos países ricos para os países pobres.

A transferência da produção para países de baixos custos salariais acentua ainda mais a desigualdade de renda entre os países. O povo pobre não constitui um mercado consumidor para os bens que ele mesmo produz. Essa relação contraditória é uma característica essencial da economia baseada na mão-de-obra barata. A demanda de consumo se limita a apenas 15% da população mundial, cuja concentração maior está nos países ricos da OCDE.

Nos países em desenvolvimento, a população pobre sofre uma redução de seus ganhos reais e acarreta no declínio dos níveis de consumo de artigos de primeira necessidade. É a decomposição do consumo nacional provocada pelo comércio mundial desigual baseado na mão-de-obra. Por outro lado, um pequeno segmento de alta renda tem seu nível de consumo ampliado através da liberalização do comércio e do grande fluxo de bens de consumo duráveis de luxo importados. Para essa parte da população, ocorre a recomposição do consumo na economia nacional. A pobreza e a contração de custos da produção, por meio da mão-de-obra barata, constituem a base fundamental para a reativação da produção destinada ao mercado externo.

Porém, deve-se ressaltar que a eliminação gradual da indústria doméstica dirigida ao mercado interno, conseqüência da redução do custo da mão-de-obra, não implica necessariamente no crescimento do setor de exportação e na inserção da economia nacional dos países em desenvolvimento no mercado internacional. Fatores econômicos,

⁷ Organização Internacional do Trabalho: Criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, tem como objetivos o intercâmbio de informações e a colaboração de normas para a melhoria das condições de trabalho e a promoção da justiça social em todo o mundo (SANDRONI, 1994, p. 245).

geopolíticos e históricos determinarão os locais que terão sua produção baseada na mão-de-obra barata destinada ao mercado internacional.

O desenvolvimento da produção à base de mão-de-obra barata no Terceiro Mundo ocorre em paralelo ao fechamento de fábricas nas cidades industriais dos países centrais. A partir dos anos 80, vários setores da economia ocidental, abrangendo todos os tipos de força de trabalho, têm suas unidades transferidas para o Leste Europeu e Terceiro Mundo (Ver CHOSSUDOVSKY, 1999, págs. 65-74).

Muitas firmas americanas do setor de informática deslocaram partes de seus projetos para países como a Índia, instalando filiais no local ou terceirizando os trabalhos às subempresas indianas. O motivo da expansão de grandes empresas para os países emergentes é que lá se encontram profissionais de formação acadêmica, altamente qualificados e, ao mesmo tempo, custam bem menos que os profissionais dos países do Norte. Um profissional de um país emergente custa o equivalente a uma pequena fração dos trabalhadores nos países desenvolvidos. Assim, os países da OCDE, em 1996, contavam com mais de 40 milhões de pessoas à procura de trabalho (MARTIN & SCHUMANN).

A respeito da produção em países cuja mão-de-obra é mais barata, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) expressou em poucas palavras a fenômeno:

“As decisões sobre localização das empresas hoje em dia estão finamente sintonizadas com os custos do trabalho” (GRAY, 1999, p. 114).

Ao contrário do que David Ricardo⁸ afirmava em sua teoria, no atual sistema econômico, quando o capital e a produção se movem de forma irrestrita em todo o mundo, eles tenderão a permanecer onde a mão-de-obra for mais abundante e mais barata (Apud GRAY, 1999, p. 114).

A redução dos níveis de gastos também atinge os países do hemisfério Norte. Os trabalhadores destes países enfrentam emprego de meio período, aposentadoria precoce, imposição de cortes de salários e demissões. O processo de fechamento de indústrias nos

⁸ O capital era móvel somente dentro do país de origem e a produção era, na prática, internacionalmente imóvel (Apud Gray, 1999, p. 114).

países desenvolvidos contribui para a contração da demanda também nestes países.

Chossudovsky (1999) caracteriza esse fato como um círculo vicioso. A transferência de indústrias para países do Sul e Leste Europeu provoca desemprego nos países desenvolvidos, instalando uma tendência à recessão global. O sistema, por sua vez, contém uma capacidade ilimitada de produzir. Mas para que a produção se expanda, há a transferência das indústrias de economia de altos salários para os de baixos salários, o que contribui para a redução do consumo global, decorrente do grande número de demissões e do baixo nível desassalariamento, o que faz com que a economia mundial inicie um processo de estagnação mundial.

Jonh Gray (1999), por outro lado, afirma que a contração de gastos e o aumento do desemprego nos países ricos do Norte não é consequência apenas do comércio global. Seria superestimar os efeitos do comércio internacional e dos fluxos de capital sobre as economias nacionais. O índice de desemprego nestes países é alto demais para ser atribuído somente ao comércio com os países do Sul e Leste Europeu. Ele atribui à difusão de novas tecnologias e à desqualificação profissional de parte da população, decorrente da educação inadequada, como causas principais do desemprego de longo prazo nas economias ocidentais adiantadas.

Segundo o autor, a liberação do comércio fez com que os trabalhadores destes países também tivessem seu poder de negociação reduzido. Quando o avanço tecnológico, juntamente com a possibilidade de redução de custos, permitiu o deslocamento da produção de bens para países cujo mercado de trabalho era desregulamentado e custava uma fração em relação ao país de origem, os sindicatos dos países desenvolvidos perderam todo o seu poder de negociação, não conseguindo evitar a crescente onda de desemprego e insegurança no trabalho.

2.2 A Inserção Internacional do Brasil e os seus Efeitos para o Mercado de Trabalho

2.2.1 – As Políticas Nacionais de Inserção ao Mercado Mundial

O Brasil, a partir dos anos 90, tem enfrentado uma grande crise de desemprego, jamais vivenciada em sua história. Além disso, existe um crescente grau de deterioração das condições de trabalho, com a expansão do trabalho temporário, por tempo determinado e sem renda fixa.

A partir da década de 80, pôde-se observar uma alteração no perfil do mercado de trabalho. Começou a surgir com grande intensidade o desemprego urbano, a precarização das condições de trabalho, com o aumento do emprego informal, deterioração do poder de compra e aumento da desigualdade de renda. No entanto, a situação foi amenizada porque foram preservadas as estruturas industrial e produtiva que eram vinculadas às intensas oscilações do ciclo econômico, apesar da elevada inflação.

Já na década de 90, o desempenho produtivo foi bastante medíocre, resultando em efeitos negativos para o mercado de trabalho brasileiro. A geração de emprego sofreu impactos desestruturantes devido à retração das atividades produtivas e de políticas econômicas estabilizadoras, agravando-se o desemprego, a expansão da pobreza e a deterioração do mercado de trabalho (Ver MATOSO, 1999, págs. 9-14).

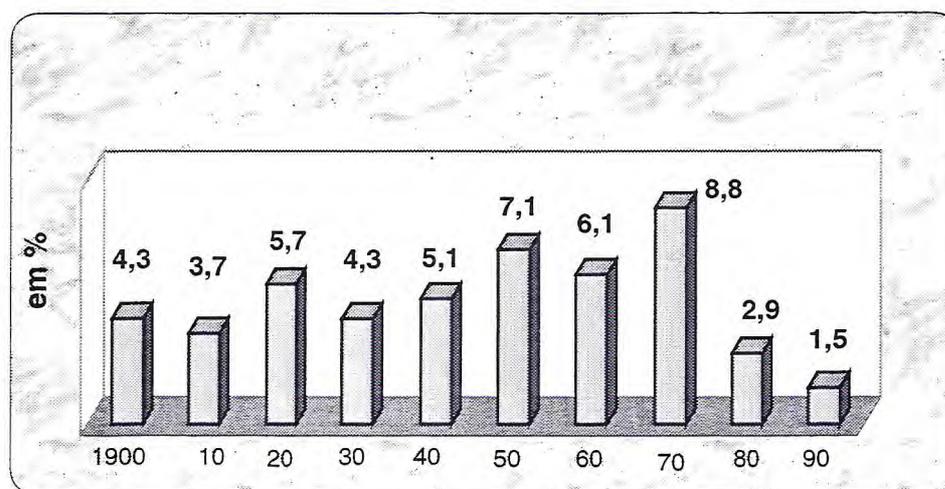
Neste período, houve uma crescente subordinação das políticas antiinflacionárias acompanhadas de medidas com o intuito de desestruturar o Estado, pelo pagamento da dívida externa sem o planejamento da reconstrução de mecanismos de crescimento econômico, agravadas pelas políticas industriais de abertura ao exterior sem as devidas precauções para preservar as bases estruturais da produção nacional e pela ausência de políticas públicas.

O capital privado nacional enfrentou uma total abertura econômica e um forte movimento recessivo, com desestímulos à ampla capacidade tecnológica, enquanto as empresas multinacionais se instalavam no país com grandes vantagens conquistando o mercado nacional (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 39).

A análise do gráfico abaixo, permite verificar que o desempenho econômico da década de 90 não só foi a metade do obtido durante a década de 80, como foi o pior do século, dificultando, assim, a construção de um país moderno, mais justo e com melhor distribuição de renda, como defendiam os neoliberais.

O reduzido nível da atividade econômica do país nas décadas de 80 e 90 interrompeu o ritmo de crescimento econômico e, conseqüentemente, de geração de empregos e mobilidade social pelo qual o Brasil havia passado ao longo do século. A partir de 1950, no período pós-guerra, quando se verifica um considerável crescimento na atividade econômica, a inserção internacional acompanhada pelo processo de substituição de importações viabilizou um dos mais intensos processos de industrialização e crescimento econômico, tornando o país uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo.

Gráfico 1: Variação do PIB real da economia brasileira- Séc. XX



Fontes: Dados 1900-1947, série Haddad; 1949-1999, dados IBGE. Extraído de: Matoso, J (1999, p. 21)
Em 1999, considerou-se uma queda de 1%

A economia brasileira além de seu baixo desempenho, evidenciando sua segunda década perdida consecutiva, também está desarticulada e desestruturada, onde impera os interesses de uma pequena elite nacional e do capital financeiro internacional (Ver MATOSO, 1999, págs. 21 e 22).

Pressionado por interesses políticos e pelo crescente descontrole dos preços, o governo opta pela inserção internacional subordinada às políticas neoliberais propostas por

países e organizações internacionais aos países periféricos, em nome da dinâmica globalizante da nova ordem internacional.

Os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso apostaram que o caminho para que o país se modernizasse e se inserisse no comércio internacional seria através da desregulação da concorrência e da globalização financeira internacional. Essa modernização geraria uma nova dinâmica na economia internacional.

Com o Plano Real, o país reingressou no caminho das recomendações exigidas pelo Consenso de Washington. Houve uma contínua entrada de capitais estrangeiros e a inflação teve de ser reprimida com a desvalorização do real e com a abertura indiscriminada de importações. Passava-se a idéia que não haveria outra saída aos países emergentes e inflacionários que não fosse a subordinação às políticas recomendadas pelos organismos financeiros internacionais.

“A mundialização de bens e capitais sob a supremacia do capital financeiro não trouxe a esperada convergência da riqueza das nações, mas a reafirmação da hegemonia e da centralidade dos Estados Unidos, que de Washington distribui seu consenso. Para os países que abandonaram um projeto nacional próprio, o Consenso de Washington tornou-se (...) uma política única de pensamento único...” (MATOSO, 1999, p.23)

A valorização cambial, elevadas taxas de juros, acompanhadas de abertura comercial sem nenhum tipo de política industrial e a subordinação aos fluxos do capital especulativo proporcionaram profundos efeitos sobre a atividade produtiva e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 45).

A necessidade das empresas nacionais competirem com os concorrentes externos obrigou a produção local a uma profunda e contínua reestruturação preventiva em busca da redução de custos, com ampla automação, terceirizações, redução de níveis hierárquicos, fechamento de unidades produtivas, importação de máquinas e equipamentos, busca de parcerias, fusões ou transferência do controle acionário.

Como resultado da maior flexibilização em busca da redução de custos, pode-se

observar que até 1990, o emprego na indústria, serviços e construção civil cresceu por volta de 20%. A partir da década de 90, os empregos industriais decaem 38%, a construção civil perde 5% e apenas o setor de serviços cresceu um pouco. Nos sete anos que sucederam à abertura do governo Collor, o Brasil perdeu 4% dos empregos metropolitanos, enquanto nos cinco anos anteriores havia ganho 20% (Ver DUPAS, 1999, págs. 126-128).

A tabela seguinte mostra como alguns indicadores sofreram consideráveis modificações a partir da década de 90. Para tornar mais evidentes estas mudanças foram selecionados dois períodos de intensa retração das atividades produtivas (1981/83 e 1990/92) e os anos imediatamente posteriores, quando houve a recuperação do crescimento (1984/86 e 1993/94).

Tabela 2 - Comportamento de alguns indicadores nos períodos de recessão e expansão no Brasil – Variação média anual (%)

<i>INDICADORES</i>	<i>1981/83</i>	<i>1984/86</i>	<i>1990/92</i>	<i>1993/94</i>
Emprego formal	-6,3	4,9	-7,9	0,7
Emprego sem carteira (SP)	-	-	1,2	9,0
Emprego industrial	-	8,4	-9,8	2,9
Desemprego aberto	6,5	5,4	4,2	4,7
Desemprego total	-	10,7	12,4	14,2
Exportação	2,7	4,5	1,4	5,8
Importação	-5,4	-3,6	4,3	11,1
Produto industrial	-2,8	8,7	-4,8	5,8
Produtividade	4,2	3,2	6,7	8,9

Fonte: FIBGE, SEADE, DIEESE, FGV, MTb. Extraído de: Oliveira; Mattoso (1996, p.46)

A partir da análise dos dados acima expostos, pode-se verificar que há uma estreita relação entre a produtividade e o emprego industrial. Com o aumento da produtividade, nos anos 90, no período de retração produtiva (1990-1992), o emprego industrial caiu mais intensamente, porém, no período de expansão econômica (1993-1994), o emprego industrial cresceu menos intensamente, não recuperando, portanto, os empregos perdidos durante a retração.

Nota-se também o processo de crescimento da precarização das condições e relações de trabalho, evidenciado a partir do aumento do número de empregos sem carteira assinada em toda a década e da grande queda do emprego formal no início dos anos 90 e um posterior crescimento quase nulo nos anos de 1993 e 1994 (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 47).

Acreditou-se que bastava inserir o país na nova economia mundial através da entrada de capitais e abertura comercial sem que houvesse nenhum projeto de desenvolvimento e de políticas setoriais em defesa da produção e da concorrência desleal realizada por outros países. Quaisquer políticas de defesa à produção e de empregos nacionais eram tidas como “corporativas” ou “inflacionistas” (Ver MATOSO, 1999, p. 23).

É difícil imaginar que apenas a implantação de ajustes e reformas liberais seja capaz de inserir a economia brasileira internacionalmente através das vantagens comparativas. É necessário que haja maior cooperação e interação entre governo, empresas e trabalhadores para a elaboração de políticas eficazes e duradouras que acabem com a miséria e que o crescimento possa significar melhor distribuição e oportunidades para todos (Ver TAVARES; FIORI, 1993, págs. 107 e 108).

A política econômica aplicada, baseada na total abertura econômica e financeira, sobrevalorização do Real e elevados juros trouxe grandes prejuízos, não só na atividade produtiva e no mercado de trabalho, como foi observado, como também na ampliação dos desequilíbrios das contas públicas e das contas externas, como pode ser observado a partir dos dados da tabela que se segue:

Tabela 3: Balança Comercial Brasileira (1989 – 1998)

ANO	EXPORTAÇÃO (Em US\$ milhões)	IMPORTAÇÃO (Em US\$ milhões)	SALDO COMERCIAL	SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES *	
				s\$ Milhões	Em % do PIB
1989	34.383	18.263	16.120	.033	0,3
1990	31.414	20.661	10.753	3.782	- 0.8
1991	31.620	21.041	10.579	1.407	- 0.3 1,6
1992	35.793	20.554	15.239	.143	
1993	38.563	25.256	13.307	592	-0,1
1994	43.545	33.079	10.466	1.689	-0.3
1995	46.506	49.858	-3.352	17.972	-2.5
1996	47.747	53.286	-5.539	24.347	-3.1
1997	52.986	61.358	-8.372	33.439	-4.2
1998	52.700	59.000	-6.300	34.000	-4.4

Fontes IBGE; Banco Central; FGV/IBRE//Conjuntura Econômica; Indicadores IESP.

Extraído de: Matoso, J (1999, p. 30)

* Saldo da balança comercial + saldo da balança de serviços

A análise do comércio exterior a partir da tabela 3, leva à conclusão que sua dinâmica foi bastante alterada. Em 1994, o país apresentava um superávit de quase 10,5 bilhões de dólares e, ao final do primeiro governo FHC, em 1998, o país alcançou um déficit de mais de 6 bilhões de dólares. Esse desempenho se deve principalmente aos constantes aumentos das importações, que já vinham acontecendo nos períodos anteriores, nos governos Collor e Itamar, mas com a sobrevalorização da moeda nacional houve uma grande expansão a partir de 1994, alcançando por volta de 78% de crescimento entre 1994 e 1998.

A nova especialização da indústria fortaleceu os setores exportadores tradicionais e ampliou as importações de produtos mais sofisticados, com elevado conteúdo tecnológico. As exportações brasileiras, portanto, perderam espaço para

mercados da América do Norte, Ásia e Europa, apresentando um crescimento medíocre em relação à dinâmica do comércio internacional (Ver MATOSO, 1999, p. 31).

2.2.2 Flexibilização do Mercado de Trabalho

Essas transformações que estão acontecendo na economia internacional e que atingem os postos de trabalho nas grandes empresas trazem à tona a discussão sobre a necessidade da flexibilização do trabalho. Nas empresas, são discutidas duas vertentes ou modelos de flexibilidade do uso da mão-de-obra. De um lado, há a flexibilidade quantitativa, o que significa um enxugamento do quadro de pessoal da empresa. De outro lado, há a flexibilidade funcional das pessoas empregadas, ou seja, os trabalhadores acumulam várias funções, caracterizando-se pela polivalência dos trabalhadores que melhor se adequem às novas formas de produção.

Nos anos 90, houve um grande aprofundamento da flexibilização do mercado de trabalho brasileiro. O aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e de microempresários refletem as políticas econômicas adotadas para a abertura comercial e estabilização fiscal, juntamente com a adoção de novas tecnologias advindas do processo de reestruturação produtiva.

Este processo acelerado de precarização das relações de trabalho, com o aumento do número de empregados autônomos, sem carteira assinada e com empregos de baixa rentabilidade, ao mesmo tempo que se intensifica o processo de terceirização, implica na maior flexibilização das relações de trabalho, onde os empregados perdem a proteção institucional dos vínculos empregatícios.

A tabela a seguir mostra a evolução do crescimento de trabalhadores por conta própria nas grandes metrópoles brasileiras. Pode-se verificar que a porcentagem dos trabalhadores por conta própria, sem carteira assinada, cresce em todas as regiões analisadas de 1990 a 19994, apresentando maior crescimento nesse período a capital de Salvador. Nos anos que se seguem, 1995 e 1996, nas localidades em que não há a ampliação do processo de informalização e precarização do mercado de trabalho, ocorre uma pequena redução, não voltando, entretanto, ao patamar dos anos anteriores.

Tabela 4 - Percentual de mão-de-obra ocupada por conta própria nas principais metrópoles brasileiras

<i>Média anual</i>	<i>Recife</i>	<i>Salvador</i>	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Porto Alegre</i>
1990	23,37	22,61	19,82	20,60	15,64	18,40
1991	24,13	23,98	21,44	21,88	17,32	20,74
1992	26,00	23,96	21,68	22,68	18,05	22,31
1993	27,16	25,28	21,69	22,83	17,84	22,14
1994	27,11	27,58	22,31	23,33	18,81	22,19
1995	28,70	27,04	21,91	23,74	19,02	22,31
1996	28,55	26,85	22,80	23,55	19,90	23,96

Fonte: PME. Extraído de: Carleial, Valle (1997, p. 195)

O debate acerca da flexibilização da mão-de-obra surgiu na Europa, quando os trabalhadores conquistaram importantes direitos trabalhistas e previdenciários, somado à estabilidade dos seus empregados, representando grandes custos de mão-de-obra, o que prejudicava a competitividade das principais economias européias no cenário internacional a partir da década de 70.

Mas, ao contrário da Europa, no Brasil existe uma elevada rotatividade da mão-de-obra, havendo apenas uma pequena porcentagem de trabalhadores permanentes ou estáveis no quadro de pessoal das empresas. Ademais, os direitos conquistados pelos trabalhadores não implicam em alto custo do trabalho nem impedem a utilização flexível da mão-de-obra. Portanto, o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza pelos baixos salários e freqüentes mudanças de empregos.

Desse modo, existem duas alternativas para o mercado de trabalho se adaptar às mudanças com o objetivo de o país ganhar maior competitividade internacional. A primeira delas é a maior flexibilização do trabalho através da eliminação dos direitos legais de todos os trabalhadores, tornando assim ainda mais baixo o custo da mão-de-obra. De acordo com esta proposta, seria extinto o 13º salário, que já foi criado para compensar a baixa remuneração, haveria redução do número de feriados e do período de férias anuais, eliminação da indenização por dispensa e a liberalização da jornada de trabalho.

A segunda proposta defende a promoção da estabilização dos vínculos

empregatícios, desenvolvendo a flexibilização funcional, elevando, portanto, a produtividade do trabalho e conseqüentemente a competitividade brasileira. Porém, essa relação direta entre estabilidade no emprego e aumento da produtividade não é tão segura assim. O próprio regime de trabalho no Brasil, caracterizado pela instabilidade do emprego, não foi empecilho para o aumento da produtividade da indústria brasileira. Incorreu em profundas implicações no baixo nível e acentuada diferenciação da estrutura dos salários.

As mudanças que têm ocorrido no mercado de trabalho brasileiro, na organização das empresas não tem nenhuma associação significativa com uma suposta rigidez no uso da mão-de-obra, como pregam os defensores da flexibilização do trabalho, visto que não há evidências de mudanças no quadro de instabilidade do emprego, tampouco na remuneração do trabalho, pelo contrário, houve uma redução na demanda por mão-de-obra e ainda predominam empregos de má qualidade e baixa remuneração (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, págs. 189-196).

2.3 – Encargos Sociais e Custo do Trabalho no Brasil

A partir da década de 90, quando o Brasil adotou políticas para se inserir no mercado mundial, tornou-se crescente a preocupação de o país adquirir maior competitividade internacional. Essas preocupações acabaram por focalizar recentemente temas relacionados ao câmbio, à produtividade e, principalmente, ao custo do trabalho no Brasil.

O governo defende que o custo da mão-de-obra brasileira é muito alto, por isso propõe medidas que apontam para a necessidade da redução do custo do trabalho, como alternativa de reduzir o custo Brasil e assim melhorar as condições de competitividade internacional.

Estudos realizados por alguns autores tradicionalistas a respeito da competitividade internacional do Brasil procuram dar bastante ênfase para a relação entre o custo do trabalho e a competitividade via custo ou preço. As análises indicam a necessidade de

redução do custo do trabalho na economia brasileira, como importante condição para a conquista de melhores níveis de competitividade no cenário internacional. Essas análises, elaboradas de formas inadequadas, tentam passar para a sociedade uma idéia errônea acerca da estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Elas tendem a levar a propostas de resultados de curto prazo, o que se torna um grande equívoco, quando se sabe das amplas transformações em curso em toda a economia mundial.

Segundo a visão tradicional, o grau de competitividade de um país está associado à questão dos preços, dos custos do mercado de trabalho, da produtividade e do câmbio. Essa teoria que utiliza o custo do trabalho como elemento principal da competitividade do país pode ser considerada bastante restrita e limitada após uma análise mais cuidadosa.

Segundo a metodologia utilizada internacionalmente, o custo do trabalho é dividido em dois tipos básicos: o custo salarial e os encargos sociais. Definindo cada um, pode-se dizer que o custo salarial se refere direta e indiretamente ao rendimento monetário que o empregado recebe efetivamente durante determinado período. Como por exemplo, o 13º salário, férias, horas extras, verbas rescisórias, entre outros.

Os encargos sociais se constituem, em geral, de prestações direcionadas ao financiamento da seguridade social (saúde, aposentadoria, assistência social e outros). Os encargos sociais são imposições adicionais sobre o salário direto do trabalhador. Não estão associados, portanto, à remuneração individual de cada um, não se constitui em pagamento ao trabalho realizado.

Esses encargos sociais são fontes importantes para o financiamento de gastos sociais e trabalhistas, cujos maiores beneficiados são os próprios empregados (aposentadoria, acidentes de trabalho), os desempregados (seguro desemprego) e a sociedade em geral (saúde, educação, assistência social). A manutenção das contribuições sociais é de fundamental importância para diminuir a grande desigualdade que impera no mercado de trabalho brasileiro. Devido ao seu papel de financiador da seguridade social, poucos países têm dispensado esta fundamental fonte de arrecadação.

Diferentemente do que os neoliberais procuram mostrar, houve um aumento generalizado na participação dos encargos sociais no custo total do trabalho no período

após 1980. Os sete países mais ricos membros do G7⁹, por exemplo, aumentaram o gasto público de 35,5% em 1970-80 para 40,2% em 1992-94 e entre os treze países mais avançados somente os EUA e a Inglaterra não apresentaram aumento da participação do emprego público em relação ao emprego total (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, págs. 202-216).

Porém, deve-se ressaltar que muitos países ou regiões econômicas adotaram diferentes formas de negociações e políticas setoriais e nacionais com o objetivo de se defenderem contra o atual sistema econômico que destrói postos, relações e condições de trabalho. Para estes países, a competitividade não deve ser alcançada à base da redução de salários, precarização das condições e relações de trabalho, ampliação do desemprego, da jornada de trabalho e da desigualdade social.

Tabela 5 - Participação dos Encargos Sociais no Custo Unitário do Trabalho no Setor Industrial (em %)

<i>PAÍSES</i>	<i>1980</i>	<i>1993</i>
CANADÁ	10,6	15,6
JAPÃO	11,4	13,1
GRÃ-BRETANHA	18,0	16,5
EUA	19,1	22,6
BRASIL	19,9	20,1
ALEMANHA	21,0	22,8
FRANÇA	27,3	28,5
ITÁLIA	29,3	30,6

Fontes: BLS Report. In: Brodosky (1994). Dados do Brasil foram elaborados em pesquisa do CESIT (1994). Extraído de: Oliveira;Mattoso (1996, p. 204)

Segundo dados acima expostos não há evidências, nos países desenvolvidos, com exceção da Grã-Bretanha, de uma redução das taxas impositivas sobre a folha de salários das empresas. ao contrário, os estudos demonstram uma clara tendência para a sua

⁹ Grupo dos Sete: abrange as sete potências industriais. Compreendem a Alemanha, Japão, Itália, França.

elevação, destacando-se o caso do Canadá, cujo aumento se aproximou de 50%.

Pode-se verificar que os encargos sociais do Brasil não são elevados em relação aos países analisados. Inclusive, o país apresentou o menor aumento da participação dos encargos sociais, de 19,9% em 1980 para 20,1% em 1993.

Os gastos públicos na Europa são os mais altos do mundo. A maior parte se destina ao financiamento de programas sociais para proteger e melhorar o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. Esses benefícios sociais implicam em maiores impostos para as empresas. Na Alemanha, a carga tributária já ultrapassa 60% e na França, 52%, enquanto nos Estados Unidos não passa de 45%.

Muitos governos consideram os programas sociais exagerados e desnecessários e, a exemplo dos Estados Unidos, iniciaram um processo de desmonte da rede social para desonerar as empresas dos altos custos. Alguns governos europeus reduziram consideravelmente os programas sociais. Dentre as medidas, inclui-se a redução nos pagamentos das aposentadorias, dos reembolsos em despesas médicas e redução do tempo que o trabalhador tem direito ao auxílio desemprego (Ver RIFKIN, 1995).

A concepção tradicional defende que uma redução das taxas sociais sobre as empresas implicariam na elevação do nível de emprego e no aumento da competitividade no médio e longo prazos, mas essas medidas, juntamente com o processo de reestruturação produtiva, agravam ainda mais a situação de precariedade do trabalho e contribuem para aumentar significativamente o número de desempregados.

Com a simples redução dos encargos sociais, sem o devido planejamento e definição imediata de novas fontes de financiamento da seguridade social, a situação de precariedade do mercado de trabalho e as desigualdades salarial e social tendem a se agravarem cada vez mais. Com a menor proteção social e o mercado de trabalho mais flexível, a situação do trabalhador só iria se agravar e não iria resolver, a médio e longo prazo, o problema da competitividade produtiva. Assim, propostas de redução do custo da mão-de-obra deveriam simultaneamente apresentar alternativas para o financiamento da seguridade social.

O comissário da União Européia, Padraig Flynn¹⁰, recomenda cautela na decisão de cortes na rede social, alegando que os empregos a serem criados serão mal-remunerados e de meio período. Ele defende a manutenção dos gastos sociais, mas com uma reavaliação do sistema de previdência social para que seja evitada a criação de trabalhadores pobres e o aumento dos níveis de pobreza na Europa (Ver RIFKIN, 1995, p. 225).

O Brasil, como parte integrante da política liberalizante de sua economia e para superar os entraves à abertura comercial, está estudando a possibilidade de redução do custo Brasil. Para isso, torna-se necessária a redução do custo do trabalho – o que significaria o fim dos encargos sociais para diminuir os custos das empresas, mas que também implicaria na redução dos rendimentos dos trabalhadores – e a desregulamentação do mercado de trabalho para que o país adquira maior competitividade diante do mercado internacional.

Atualmente, discute-se muito a relação entre competitividade e custo do trabalho, como se nada mais fosse necessário, tornando-se dispensável qualquer tipo de reformulação das relações de trabalho e do sistema tributário nacional. A redefinição de alternativas para o financiamento dos gastos públicos e a constituição de relações de trabalho constituem pontos fundamentais para melhorar a competitividade, a médio e longo prazos, do país e merecem uma ampla discussão para que o problema seja resolvido desde a sua essência e não apenas por meio de paliativos que trazem conseqüências indesejadas para o mercado de trabalho brasileiro.

A insistência do governo e da classe empresarial em relação à necessidade de se reduzir o custo do trabalho no Brasil como alternativa de melhorar a competitividade não leva em consideração que este já é muito baixo se comparado aos outros países. Os encargos sociais constituem um peso sobre o custo do trabalho muito inferior ao que alguns estudos e análises procuram demonstrar.

A defesa em adquirir maior competitividade custo ou preço tem servido atualmente como forma de apoio às práticas de políticas neoliberais no Brasil, através da redução do custo do trabalho, da flexibilização e desregulamentação do mercado de

¹⁰ Entrevista em 9 de maio de 1994 (citado por RIFKIN, 1995, p. 225).

trabalho. Essa visão atribui uma importância exagerada do custo do trabalho sobre a competitividade internacional, deixando de lado seus verdadeiros determinantes.

Desse modo, as medidas governamentais direcionadas para uma melhoria da infra-estrutura de transportes, energia, comunicações, além de alterações na política cambial e monetária poderiam ser bem mais eficazes no sentido de melhorar as condições de competitividade da economia brasileira e deveriam estar em primeiro plano entre as prioridades, pois trariam muito mais benefícios do que a redução dos encargos sociais ou maior flexibilização do mercado de trabalho.

“Assim, em vez da mesquinha política de redução de custos laborais e de eliminação de conquistas trabalhistas, o que é necessário é a volta do crescimento econômico, a constituição de mecanismos de regulação e a efetiva democratização das relações de trabalho no país” (OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 26).

O mercado de trabalho brasileiro, que é caracterizado pelo desemprego / subemprego, falta de cumprimento dos direitos trabalhistas e relações de informalidade, baixos salários e elevada rotatividade da mão-de-obra, é visto pelos neoliberais como um mercado inflexível, exageradamente protetor, com inúmeros direitos e privilégios dos trabalhadores, como por exemplo, os dias de férias, os vários feriados e o descanso semanal. Essas características seriam inaceitáveis para o projeto neoliberal, portanto, pretende-se direcionar suas ações visando a instaurar modificações no perfil do mercado de trabalho. Apresentam propostas para acabar com os direitos sociais, trabalhistas e menor remuneração, o que só resultaria em maior precarização dos empregos e aumento do desemprego.

O trabalhador brasileiro recebe pouco e seu custo para a empresa, ao contrário do que se defende, também é muito reduzido. O custo da mão-de-obra no Brasil é bem menor em relação ao de outros países da Europa e dos Tigres Asiáticos, não influenciando, portanto, negativamente diante do mercado internacional. Entre as economias mais desenvolvidas ou em desenvolvimento, o custo do trabalho no Brasil é um dos menores. Portanto, o custo do trabalho no Brasil não se constitui em um entrave à maior competitividade internacional do país.

As condições de competitividade internacional estão muito mais determinadas pelas condições de competitividade tecnológica, a longo prazo, e pela capacidade das empresas de auferirem ganhos originados de alterações do câmbio e de movimentações financeiras internacionais. Atualmente, a competitividade das economias e das empresas multinacionais não é determinada em grande peso pelos custos salariais, seus efeitos são bastante limitados.

Assim, as propostas de redução do custo do trabalho e de maior flexibilização como forma de aumentar o nível salarial, o índice de emprego formal e aumentar a competitividade do país se revelam apenas uma maneira de se inserir na política neoliberal e reduzir os direitos trabalhistas, ainda que os mais atingidos sejam as pequenas e médias empresas e os menos organizados que possuem menor poder de negociação. É necessário que essas propostas estejam inseridas num contexto de amplas discussões acerca da reformulação do sistema tributário, das relações de trabalho e da melhor forma de inserção do país internacionalmente, visto que a economia mundial apresenta grandes transformações que dificultam o desenvolvimento econômico e social do Brasil (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, págs. 238-244).

2.4 - O Movimento Sindical no Brasil

As relações entre capital e trabalho no Brasil vêm passando por grandes transformações desde a década de 70, quando houve o movimento grevista em 1978, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, impondo uma nova fase da organização sindical no Brasil. O surgimento do novo sindicalismo foi o grande alavancador das mudanças, tanto no comportamento dos trabalhadores, como na ação do Estado e dos empresários. Porém, apesar das alterações em curso, a organização sindical ainda apresenta algumas características tradicionais advindas da antiga estrutura corporativa incorporadas a partir dos anos 30. Ainda se mantém muito fragmentada, descentralizada, assistencial e burocratizada.

Apesar da grande recessão econômica que se abateu sobre o país na década de 80, a ação sindical foi bastante atuante. De um lado, a negociação coletiva de trabalho passou a ser um dos principais instrumentos utilizados pelas organizações sindicais. Houve também um grande crescimento na taxa de sindicalização, no número de greves e na maior atuação dos sindicatos.

A constituição de 1988, apesar de alguns avanços em relação às estruturas conservadoras, não progrediu muito no que diz respeito à democratização das relações de trabalho. Pode-se citar como avanços no campo da ação sindical, a permissão de sindicalização dos funcionários públicos, a proibição da intervenção do Estado no sindicato e a ampliação legal do direito de greve.

A estrutura sindical se caracteriza atualmente pelo seu hibridismo. Ao mesmo tempo em que estabelece maior liberdade sindical, há o monopólio da representação, excessiva burocratização do processo de negociação, presença obrigatória da Justiça do Trabalho nos conflitos existentes e a distância do sindicato em relação ao local de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro se caracteriza pelas altas taxas de rotatividade, devido à facilidade das empresas de demitir e admitir trabalhadores, contribuindo para que o trabalhador permaneça pouco tempo em uma mesma empresa. Essas constantes mudanças de emprego e de funções criam relações de trabalho bastante instáveis, onde o trabalhador encontra dificuldades em reconhecer qual o seu sindicato e até mesmo de se manter sindicalizado, ocasionando, desse modo, falta de representatividade dos reais interesses dos trabalhadores. O sindicato dos empregados corre o risco, portanto, de representar os interesses somente dos trabalhadores que apresentam menor rotatividade, que geralmente constituem o quadro de maior qualificação da empresa e, conseqüentemente, de melhores salários.

Desse modo, os trabalhadores menos qualificados, com menores salários e que estão sujeitos a maior frequência de mudanças de empregos não vêem seus interesses defendidos pela ação sindical. Esse fato torna-se evidente quando se percebe que os sindicatos não dão a devida importância para reivindicações como salário mínimo, treinamento, qualificação profissional e restrições a demissão. A atuação sindical também não se volta para alguns segmentos do mercado de trabalho menos favorecidos, tais como

desempregados, aposentados e jovens que estão à procura do primeiro emprego, para citar alguns exemplos.

De forma geral, a atuação sindical se caracteriza atualmente pela maior parcela de trabalhadores sindicalizados e pelo amplo processo de negociação coletiva de trabalho. No entanto, a organização sindical corporativa realiza negociações restritas aos interesses de trabalhadores de determinadas categorias profissionais e segundo a região geográfica. Desse modo, favorece uma maior desigualdade salarial e maior desigualdade das condições de trabalho, amenizada apenas pela legislação social e trabalhista que dificultam a expansão das negociações coletivas.

Na última década, houve um grande aumento do número total de sindicatos, período que coincidiu com a redução da quantidade de trabalhadores no emprego formal. Entre 1989 e 1991, foram criados 771 novos sindicatos, enquanto o total de empregos formais foi reduzido em 2,5 milhões de postos. A maioria dos novos sindicatos se deu dentro do setor terciário. A constituição de 1988 foi um dos estimuladores para esse crescimento ao permitir a sindicalização dos funcionários públicos e favoreceu também a ampliação da fragmentação na representação sindical.

Essa fragmentação na representação sindical acrescida pela descentralização e pela sua atuação assistencialista e burocrática constitui o perfil sindical do país que se mostra incompatível com a formação de um sistema democrático nas relações de trabalho. O autoritarismo predominante nas relações de trabalho leva a um elevado número de confrontos entre empregados e empregadores e a grande quantidade de greves realizadas, criando grandes dificuldades para o alcance de um desenvolvimento econômico mais justo e mais igualitário.

Para a implantação do contrato coletivo de trabalho deve-se primeiramente realizar uma transformação na estrutura sindical corporativa. As negociações coletivas realizadas atualmente não permitem a definição de itens essenciais de interesse da maior parte dos trabalhadores. O sindicato luta por conquistas que se limitam a um pequeno universo da empresa, não há uma visão global, regional.

Diante da análise das características do sindicalismo brasileiro, algumas

medidas são propostas como forma de eliminar sua estrutura arcaica vigente e melhor desempenhar seu papel de defesa da maior parte dos trabalhadores:

- a) Estabelecer um amplo processo de fusão e incorporação de entidades sindicais, visto que grande quantidade de sindicatos dificulta a representação dos interesses gerais dos sindicalizados;
- b) Maior atuação para defender os reais interesses da mão-de-obra em geral e proporcionar maior apoio aos empregados não-formais;
- c) Implementação da contratação coletiva centralizada, para que possa abranger os âmbitos setoriais, regionais e nacionais e com maior presença do sindicato nos locais de trabalho;
- d) Redirecionamento de seus gastos para a ampliação e melhoramento da qualidade do sistema de seguridade social, do sistema de requalificação profissional e garantia de emprego (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, págs. 269-277).

Neste capítulo, foram constatadas as modificações ocorridas no mercado de trabalho, como consequência do intenso processo de globalização mundial.

A precarização e a informalização do trabalho, ampliação do desemprego e a flexibilização do mercado de trabalho são alguns dos problemas que se apresentam em decorrência das transformações do mundo atual, que não podem ser ignoradas pelas instituições mundiais e governos nacionais.

Verifica-se também que, ao contrário da idéia que predomina entre os empregadores do país, o custo do trabalhador brasileiro não se constitui no entrave a sua competitividade internacional, visto que seu valor se mostra bem inferior se comparado aos países desenvolvidos.

Capítulo 3

Medidas Alternativas para o Desemprego

As duas últimas décadas do século XX ficaram caracterizadas no Brasil pela estagnação econômica e grande desestruturação produtiva com graves conseqüências para o mercado de trabalho.

O país tem enfrentado o problema do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho através de medidas parciais e inócuas, pois não levam em consideração que a retomada do crescimento econômico é essencial para a reconstrução da nação e redução dos problemas que afetam o mercado de trabalho principalmente ao longo da década de 90.

No entanto, apenas o crescimento econômico não é suficiente para estabelecer a construção de um país com melhores oportunidades para a população. É necessário que esteja acompanhado por melhor distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e políticas de geração de emprego. Para isso, torna-se inevitável reavaliar a forma como o país está se inserindo na economia internacional e eliminar os fatores que lhe impedem uma retomada não só do crescimento econômico, mas também da geração de emprego e renda (Ver MATOSO, 1999, p. 42).

As propostas apontadas por organismos internacionais direcionadas principalmente aos países menos desenvolvidos continuam ignorando a questão da subordinação destes países em relação às economias centrais e defendem a adaptação passiva dos países ao processo de globalização e à concorrência privada.

Entretanto, já surgem algumas mudanças no que diz respeito às políticas a

serem adotadas pelos países, face ao agravamento da crise do mercado de trabalho em todo o mundo. O Banco Mundial, por exemplo, vem reconsiderando a necessidade de uma maior participação do Estado e a implementação de políticas públicas (Ver OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 38).

O enfrentamento dos problemas do mundo do trabalho dificilmente poderá ser realizado através de políticas que se restrinjam ao mercado de trabalho. Até mesmo políticas como a redução da jornada de trabalho e o desenvolvimento de novas formas de ocupação, como o terceiro setor, só terão resultados duradouros sobre o mercado de trabalho se forem acompanhadas de políticas públicas reguladoras, o que não significa obrigatoriamente estatais, aliadas a um crescimento econômico mais significativo.

Porém, apesar de ser reconhecida por alguns organismos a importância do papel do Estado dentro da economia, as propostas predominantes da OCDE e outras instituições internacionais para resolver os problemas do mundo do trabalho ainda recaem sobre as políticas desregulamentadoras do mercado de trabalho, visando principalmente a redução do custo do trabalho e a flexibilização das jornadas de trabalho (Ver POCHMANN, 1999, p. 26).

3.1 As Políticas de Emprego no Brasil

O desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho no Brasil não podem ser atribuídos somente a fatores internacionais, tecnológicos ou sazonais, ainda que possam agravar a crise, não constituem a causa básica da deterioração do mercado de trabalho durante a década de 90 (Ver MATOSO, 1999, p. 9).

O principal objetivo de uma política econômica alternativa deverá unir o crescimento econômico com a geração de emprego e distribuição de renda. Trata-se, portanto, de romper com os interesses internacionais e restaurar a capacidade de elaboração de políticas econômicas que atendam a um projeto estratégico de desenvolvimento nacional.

Uma nova forma de inserção na economia internacional com reavaliação das aberturas comercial e financeira e a revalorização da produção e empregos nacionais são

importantes pontos de partida para amenizar a grave crise do mercado de trabalho.

Três medidas se mostram fundamentais para que tais objetivos sejam alcançados. A saber: controle do fluxo de capitais, maior regulamentação no processo de abertura comercial e a renegociação das dívidas.

O maior controle do fluxo de capitais dará maior autonomia à política macroeconômica e priorizará os interesses nacionais de crescimento, geração de emprego e combate à pobreza. Essa atual dependência ao capital estrangeiro subordina o país aos interesses financeiros internacionais, dificultando a aplicação de medidas que visem melhorias para o país.

O controle da abertura comercial reduziria a propensão a importar e, conseqüentemente, o grande déficit comercial. A importância dos investimentos externos e das empresas estrangeiras para a economia não deve impedir a existência de uma regulação para favorecer a produção e o emprego nacional.

Quanto à renegociação das dívidas, esta diminuiria as obrigações sobre os setores público e privado ampliando sua capacidade de gastos e investimentos para a população (Ver MATOSO, 1999, págs. 42 e 43).

Aliadas a estas medidas de caráter internacional, o Brasil dispõe de alternativas internas que podem favorecer a geração de emprego e renda.

O Brasil, apesar de sua estrutura industrial complexa e diversificada, ainda necessita desenvolver toda uma infra-estrutura material, como portos, habitação, transportes, entre outros. Estas áreas constituem em grandes fontes de geração de emprego direcionada para a mão-de-obra sem qualificação profissional.

Desde os anos 80, as políticas de emprego têm se caracterizado por sua descentralização e aplicação de recursos de recursos cada vez mais focalizados para parcelas específicas da população desempregada ou pertencentes ao setor informal. Essas políticas adquiriram um papel passivo diante do problema do mercado de trabalho, não se detendo nos elementos determinantes do emprego.

Na década de 90, o Brasil não conseguiu gerar efeitos positivos em suas políticas de emprego. Pelo contrário, a país abandonou o projeto de industrialização nacional e buscou se inserir internacionalmente buscando maior competitividade, havendo um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, com grande aumento do desemprego, do desassalariamento e das ocupações precárias.

Diante dessa situação precária em que se encontra o mercado de trabalho, torna-se conveniente uma análise sobre algumas estratégias alternativas de geração de emprego e renda. Pode-se dividir estas medidas de emprego em políticas ativas e em políticas compensatórias. Primeiramente, serão citadas as políticas ativas de emprego que podem ser implementadas com sucesso no Brasil:

➤ O primeiro passo a ser dado é a construção de um projeto nacional com o objetivo central de atingir um crescimento econômico com justiça social capaz de gerar emprego e maior distribuição de renda;

➤ A implantação da reforma agrária não resolveria por completo o problema, mas minimizaria bastante a grande pressão de oferta de mão-de-obra urbana. Ao contrário dos países desenvolvidos que possuem menos de 5% da população ocupada no campo, o Brasil detém grande parcela de sua população no meio rural. Portanto, uma reorganização fundiária poderia contribuir para evitar o intenso êxodo rural, além disso, uma política agrícola adequada poderia influenciar a geração de empregos e renda no setor primário e agroindustrial nas diversas regiões do país;

➤ A terceira política ativa de geração de emprego é a desconcentração de renda, o que permitirá a ampliação do mercado consumidor e o surgimento de novos postos de trabalho nos setores secundário e terciário, decorrente do aquecimento da economia;

➤ Outra alternativa a ser implantada é a retomada dos investimentos em infraestrutura. Além de possuírem grande capacidade de geração de empregos, esses investimentos detêm numerosos efeitos multiplicadores em outras atividades da economia. O Brasil é um país onde há muitas deficiências em sua infra-estrutura. A construção de estradas, habitações populares, hospitais, escolas, maior saneamento básico, se generalizados, podem provocar impactos diretos e imediatos sobre o nível de emprego e

renda;

➤ A última proposta constitui na ampliação e solidificação de serviços sociais, que se encontra ainda bastante ineficiente no país. Podem ser instauradas frentes de trabalho urbana e rural, melhoria na qualidade e eficiência dos serviços públicos, programas de garantia de renda, de educação, saúde e previdência. Evidentemente, a melhoria do serviço social exigirá uma ampliação de recursos, que podem ser alcançados através de ampla reforma tributária, com redução da evasão fiscal e racionalização e moralização dos gastos públicos, além da ampliação da oferta de serviços públicos de boa qualidade para que toda a população tenha acesso.

As políticas compensatórias não visam acabar com o desemprego, mas se constituem em políticas que têm o objetivo de contribuir para a amenização do problema do emprego e favorecer a reinserção do trabalhador desempregado no mercado de trabalho.

A preparação da mão-de-obra para as necessidades do mercado e a garantia de renda básica de sobrevivência são algumas das necessidades fundamentais do sistema público de emprego a ser construído no Brasil.

A introdução de um sistema democrático de relações de trabalho poderia evitar a precarização dos empregos e condições de trabalho, a elevada rotatividade e a ausência de compromisso com a produção e venda.

Outra proposta para compensar e amenizar a situação do trabalhador seria a reformulação do seguro-desemprego para maximizar os benefícios com a utilização dos mesmos recursos. Faria-se uma diferenciação dos benefícios conforme o perfil do trabalhador, se chefe de família, qualificado ou não, além de uma assistência direta para os trabalhadores atingidos pela reestruturação produtiva, fornecendo-lhes treinamentos e qualificação direcionadas para áreas necessitadas.

O Brasil, portanto, dispõe de condições apropriadas para enfrentar o problema do mercado de trabalho. Devendo-se, entretanto, considerar tantos os fatores externos e internos que realmente constituam em entraves para o desenvolvimento do país para que o

problema seja resolvido em sua origem e não apenas mascarado (Ver POCHMANN, 1999, págs. 131-134).

3.2 – A Economia Solidária

3.2.1 – O Terceiro Setor X Participação do Estado

No século que se inicia, o setor de mercado e o setor público terão um papel cada vez mais reduzido na vida da população. Este vácuo de poder se refletirá no crescimento do terceiro setor. O terceiro setor é também conhecido como setor independente ou voluntário e se caracteriza pelas relações comunitárias, que surgem como alternativas às relações de mercado existentes. As atividades comunitárias que fazem parte deste setor abrangem desde serviços sociais em áreas de saúde, educação e pesquisa, até religião e advocacia.

O serviço comunitário é uma alternativa revolucionária para formas tradicionais de trabalho. É um ato de solidariedade a uma parcela da população necessitada e sem perspectiva de melhoria (Ver RIFKIN, 1995, págs. 263-265).

Organizações comunitárias atuarão como árbitros e porta-vozes junto ao mercado e ao governo para defenderem os interesses da população e se tornarem agentes formuladores de reformas sociais e políticas.

O setor independente está em plena ascensão. As pessoas estão criando novas organizações, tanto em nível local como nacional para suprirem as necessidades que o próprio setor público e o mercado não atendem. Para a professora Elza Maria Braga, da Universidade Federal do Ceará,

“o aumento da participação civil é resultado da consciência de que o setor público, sozinho, não é capaz de resolver os problemas sociais, aliada ao princípio de que a conquista da democratização do Estado se dá a partir da organização da sociedade” (Jornal O POVO, 04/02/01).

Aproveitando-se do crescimento do terceiro setor, os políticos utilizam o trabalho voluntário como seu principal tema de governo. Segundo o Estado norte-

americano, o governo teria assumido muitas tarefas que eram desempenhadas anteriormente pela sociedade, fazendo com que os americanos se tornassem excessivamente dependentes do setor público e menos dispostos a contribuir para a própria comunidade.

Os críticos a esse movimento argumentam que a atividade voluntária é uma maneira do Estado se desobrigar de sua responsabilidade de ajudar a classe trabalhadora e mais necessitada de seu país.

Segundo Artur Bruno, deputado estadual do PT,

“... não podemos aceitar a desobrigação do Estado. Está claro que existe uma deliberação dos governos neoliberais de transferirem para as ONGs as responsabilidades que são suas”
(Jornal O POVO, 04/02/01).

Apesar das contestações, cresce o número de defensores à formação dessas organizações não-governamentais. Para eles, elas se constituem na única alternativa viável para os trabalhadores, uma vez que a economia de mercado é incapaz de gerar empregos e o Estado também se mostra inoperante diante da situação.

O crescimento da participação civil, provavelmente mudará o perfil do papel do Estado na nova era da globalização. O Estado deverá assumir um papel menos vinculado aos interesses da economia de mercado e direcionar sua ação mais aos interesses sociais. A colaboração e a parceria entre o governo e a sociedade é de fundamental importância para a reconstrução de uma economia social mais justa e digna para todos. O governo deverá desempenhar um papel de apoio para transformar o terceiro setor numa força eficaz capaz de gerar trabalho numa era pós-mercado.

Deverá partir do Estado a iniciativa de fornecer os incentivos apropriados para que os subempregados do setor formal se interessem em prestar serviços no terceiro setor. Segundo, deve-se criar leis para que os desempregados possam encontrar nos serviços comunitários trabalhos que ajudem a reconstruir seus bairros e formar uma infra-estrutura local adequada onde houver necessidade.

3.2.2 Formação de Cooperativas

Geralmente as soluções propostas para resolver o problema do desemprego se limitam a oferecer treinamentos aos profissionais e alguma forma de financiamento para a criação de um negócio próprio. São medidas pouco eficazes e não eliminam os entraves ao crescimento da demanda por mão-de-obra.

O programa de qualificação não induzirá os capitais a aumentarem sua demanda por trabalhadores, pois esta é determinada pelo crescimento do mercado. Um maior nível de qualificação dos desempregados só iria aumentar ainda mais a concorrência e, conseqüentemente, provocar uma queda dos salários.

Em relação à segunda hipótese, há uma grande dificuldade de transformar trabalhadores desempregados em microempresários ou autônomos, pois a concorrência é muito acirrada e exige grande competitividade para se manter no mercado. Falta-lhes experiência profissional, uma visão empresarial de como conduzir um negócio próprio e também não possuem reconhecimento de sua clientela.

Se estas dificuldades pudessem ser superadas e as pequenas empresas entrassem no mercado com eficiência e a confiança de sua potencial clientela, as suas atividades gerariam uma demanda adicional, sem risco de haver superprodução na economia, desde que houvesse grande diversificação dos setores. A grande vantagem de incentivar a criação de pequenas empresas é que elas apresentam elevado grau de realimentação, provocando efeitos em toda sua cadeia produtiva, uma vez que há consumo tanto de insumos como de bens de consumo final no mercado local.

No mercado dominado pelo capital oligopolista, onde parte da renda se destina para o exterior, as pequenas empresas funcionam em geral como subsidiárias ou subcontratadas das grandes empresas. O aumento de sua quantidade e a expansão da produção dependem do crescimento das grandes empresas. Neste caso, a competição das empresas menores só é vantagem para as grandes, pois estas obtêm os serviços de suas subcontratadas a um custo bem inferior.

É necessário oferecer uma oportunidade real de reinserção da classe

trabalhadora excluída na sociedade. Existem estudos em fundar uma cooperativa de produção e de consumo composto por ex-desempregados e que haja uma proteção diante da competição externa para possibilitar a aprendizagem e garantir maior eficiência.

Esse novo setor poderia conter milhares de pequenas empresas abrangendo vários ramos de indústria. Poderia-se aproveitar mão-de-obra especializada para oferecer um suporte técnico e gerencial, cujo índice de desemprego é alto.

Os participantes da cooperativa teriam o compromisso de dar preferência aos produtos dos próprios cooperados. Assim, quanto maior e mais diversificado for o novo setor, maior será o mercado à disposição de cada empresa.

Seria muito importante que a cooperativa de economia solidária pudessem contar com o apoio e patrocínio do poder público, dos sindicatos e de movimentos populares. Além de impor maior prestígio à cooperativa diante da população e entre os próprios desempregados, o apoio do poder público é fundamental para garantir crédito às empresas nascentes e aos trabalhadores que não têm garantias a oferecer.

A primeira barreira a ser superada pela economia solidária para a obtenção de êxito é a sua pequenez e seu isolamento. Deve-se reconhecer que não se pode crescer se não houver união e maior organização entre as diversas unidades de produção das pequenas empresas para não terem que se submeter ao grande capital centralizador. A produção autônoma tem enormes dificuldades de acesso a tecnologias que exigem grandes investimentos e maior escala de produção.

A vantagem da grande empresa em relação à pequena empresa é a sua possibilidade de desenvolver novas técnicas de produção e novos produtos para as demais unidades integradas. Elas têm pleno conhecimento do mercado consumidor final e de cada etapa do processo produtivo e dos avanços tecnológicos, algo que se torna inviável para as pequenas empresas isoladas.

Através da criação da economia solidária, espera-se encontrar formas de acabar com o isolamento das pequenas e microempresas, proporcionando maior integração e

cooperação entre elas. A idéia básica é garantir a cada empresa um mercado para o escoamento de sua produção e assegurar uma variedade de economias externas e conhecimentos técnicos e especializados através da cooperação entre os produtores autônomos.

A economia solidária surge como alternativa de luta contra o desemprego e a exclusão social. Ela aproveita a mudança nas relações de produção dominadas pelo grande capital para instituir uma nova forma de organização da produção que não siga a lógica imposta pelo mercado capitalista. Seus defensores acreditam que com a consolidação da economia solidária, ela se tornará tão competitiva no mercado quanto a grande capital. Existirá na economia, portanto, um modo de produção regido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas diferentes ligados pela solidariedade (Ver SINGER, 2000, cap. 5).

3.3 A Flexibilização da Jornada de Trabalho

A revolução do computador e da informação está causando importantes transformações na sociedade, dentre elas a inversão da relação entre tempo livre e tempo de trabalho. A era da informatização inicia uma nova orientação no sentido da redução do trabalho sistematizado e maior preocupação na produção material, enquanto a revolução da informação contribui para a produção de maior tempo livre.

É consenso entre países industrializados e em países em desenvolvimento que a economia global está cada vez mais interligada com a automatização e não se pode deter esse processo. As revoluções da tecnologia da informação e da comunicação são responsáveis por maior produção utilizando-se menos trabalho humano. A conseqüência inevitável da reengenharia corporativa e do progresso tecnológico é o aumento do tempo livre. É preciso analisar quais as conseqüências para o mercado de trabalho dessa redução da quantidade de trabalho necessário. "*O tempo livre virá, a única escolha é o desemprego ou o lazer*" (GREEN Apud RIFKIN, 1995, p.244).

No caso das duas primeiras revoluções industriais, quando houve também um impasse entre aumento do desemprego e maior tempo livre devido aos ganhos de

produtividade, a medida aplicada foi a redução da jornada de trabalho que, no séc. XIX, era de 80 horas semanais e passou a ser de 60 horas semanais. O mesmo fato aconteceu no séc. XX, decorrente das tecnologias do petróleo e da eletricidade, os constantes aumentos de produtividade ocasionaram a segunda redução da semana de trabalho de 60 para 40 horas. Com a Terceira Revolução Industrial, o computador e as novas tecnologias da informação possibilitaram um incremento ainda maior de produtividade, crescendo o número de defensores para uma nova redução da jornada de trabalho para 30 ou até mesmo 20 horas semanais.

Porém, o que se observa atualmente na prática é o oposto do que ocorreu em épocas anteriores. Ao contrário das revoluções passadas, a revolução do computador está fazendo com que trabalhadores americanos trabalhem mais do que há 40 anos, quando se deu o início da era da informatização.

“No decorrer das últimas décadas, o tempo de trabalho aumentou em mais de 163 horas por ano. Mais de 25% de todos os trabalhadores em período integral trabalham 49 horas ou mais por semana” (RIFKIN, 1995, p. 245).

A revolução da produtividade em curso na atual economia afeta os trabalhadores de duas maneiras opostas. A utilização de maior tecnologia poupadora de tempo e de trabalho permite às empresas eliminarem grande quantidade de trabalhadores, criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados. Estes em vez de possuírem maior tempo livre, possuem tempo ocioso.

Por outro lado, os trabalhadores que permanecem em seus empregos são obrigados a trabalhar mais horas. Como forma de redução de custos, muitas empresas preferem empregar menor quantidade de trabalhadores para trabalharem mais horas do que mais trabalhadores em menos tempo. Desse modo, cria-se uma grande distorsão dentro do mercado de trabalho. Muitos desempregados, com tempo ocioso e outros realizando horas extras em seus serviços.

Esse desequilíbrio no mercado de trabalho faz crescer a reivindicação a favor da redução da jornada de trabalho nos países desenvolvidos como alternativa ao desemprego. Como o governo não intervém mais diretamente em obras públicas como forma de geração

de emprego, a semana de trabalho reduzida surge com única solução para viabilizar maior demanda por mão-de-obra.

Através da redução da semana de trabalho pode-se distribuir mais equitativamente o trabalho disponível ou, então, grande parte da população viverá na miséria, sem emprego, sendo sustentada por recursos do governo.

Na Europa em 1993, a empresa Volkswagen declarou sua decisão de adotar a semana de trabalho de quatro dias para evitar a demissão de 31 mil pessoas. Os trabalhadores apoiaram a idéia e apesar da redução de 20% dos salários, tiveram seus impostos reduzidos e a distribuição dos bônus de Natal e férias passou a ser durante todo o ano de trabalho.

A reivindicação por uma semana de trabalho reduzida ganhou maiores adeptos na Europa ao longo da década de 90. Na França, foi lançado um plano que reduzia de 39 horas para 33 horas de trabalho durante a semana. Apesar de implicar numa redução de 5% dos salários, o nível de emprego aumentaria 10%. Para compensar a perda de salários, os empregados teriam participação nos lucros, permitindo-lhes o benefício do aumento de produtividade e o governo se encarregaria do financiamento do seguro desemprego. Com essa medida, calcula-se que haveria dois milhões a menos de desempregados e o Estado economizaria US\$ 27,5 bilhões que seriam despendidos na forma de auxílio desemprego. Ver RIFKIN, 1995, págs. 247)

Seus defensores afirmam que a redefinição da semana de trabalho além de induzir a uma economia nos gastos do governo, implicará no aumento da produtividade e tornará as empresas francesas mais competitivas no mercado global. Além do argumento de que menor jornada de trabalho diminui o cansaço e melhora a eficiência, há também o fator que há aumento na produtividade pela otimização do uso do capital e do equipamento, decorrente da flexibilização das horas trabalhadas.

O Japão, nas últimas três décadas já vem adotando a redução sistemática da semana de trabalho e, contrariando a idéia predominante, vem acompanhado de grandes aumentos de produtividade e crescimento econômico.

Nos últimos anos, a redução da jornada de trabalho assumiu maior importância naquele país, pois as empresas japonesas estão empregando pelo menos dois milhões de

trabalhadores do que precisam e com a expectativa de que a automação reduza o nível de emprego e os salários, os japoneses vêem na diminuição da semana de trabalho uma resposta ao deslocamento tecnológico e à disseminação do desemprego.

Apesar de algumas empresas e alguns países acreditarem na flexibilização da jornada de trabalho sem prejudicar a produtividade e obtenção de lucros, ainda se encontra muita resistência por parte dos empresários para a aplicação de tal medida. Alguns líderes empresariais americanos, ao contrário, defendem que só alcançarão maior competitividade na atual economia globalizada com o aumento da jornada de trabalho.

Com o acirramento da concorrência mundial, muitos empresários hesitam na idéia de reduzir a semana de trabalho, temendo um aumento dos preços de seus produtos em relação aos concorrentes internacionais em decorrência da elevação dos custos dos salários. Os altos encargos trabalhistas provocariam uma queda da competitividade internacional e perda do mercado global.

Para desmistificar esse pensamento, foi observado que apesar do aumento anual unitário do trabalho nas empresas americanas ter sido o menor entre os países mais industrializados, a Balança Comercial dos Estados Unidos passou de superavitária para deficitária durante o período. Por outro lado, a Balança Comercial do Japão passou de deficitária para superavitária durante o mesmo período, apesar dos consideráveis aumentos anuais no custo do trabalho.

Com a análise da atual situação do mercado de trabalho, pode-se observar que o setor tecnológico não é capaz de absorver a grande quantidade de trabalhadores que são dispensados, em decorrência da automação. A redução da semana de trabalho seria uma forma de dividir o trabalho disponível, para isso deveria-se chegar a um consenso geral, tanto entre empregadores como entre os trabalhadores.

Novos empregos poderiam surgir se fossem abolidas as horas extras, que passaram a ser usadas rotineiramente, e a semana de trabalho voltasse para 40 horas. As empresas utilizam as horas extras como forma de manter uma força de trabalho maior sem arcar com os custos dos encargos trabalhistas. Nos Estados Unidos, desde 1981, as horas de trabalho aumentaram 3,6%, enquanto o número de trabalhadores reduziu significativamente.

“Durante os últimos 30 anos, a semana de trabalho tem permanecido substancialmente inalterada, apesar da frequência do desemprego em massa, do deslocamento tecnológico de mão-de-obra humana em larga escala e de consideráveis ganhos de produtividade. Devemos considerar a redução da semana de trabalho e a disseminação do emprego entre um maior número de trabalhadores, mais uma vez como um meio de reduzir o desemprego sem sacrificar a produtividade” (CONYERS, J. Apud RIFKIN, 1995, p. 254).

A idéia da redução da jornada de trabalho vem conquistando cada vez mais adeptos e há uma tendência de sua disseminação, porém, é necessário que essa transição se faça acompanhada por um programa de assistência para trabalhadores desempregados vítimas da reengenharia e informatização, cuja ocupação não é mais necessária no atual estágio do sistema econômico, sob o risco do agravamento dos males econômicos e sociais da sociedade.

Além disso, com a perspectiva do profissional trabalhar menos horas no mercado formal e o aumento do número de trabalhadores que não conseguem encontrar qualquer tipo de trabalho na economia de alta tecnologia e automação, requer uma maior preocupação com a utilização do tempo livre. A transição de uma sociedade constituída sobre a base do emprego formal em massa para uma sociedade mais informal e com jornadas mais flexíveis constituirá na questão fundamental do próximo século (Ver RIFKIN, 1995, págs. 243-257).

Diante do grave problema do desemprego, foram apresentadas algumas propostas com o objetivo de superar a crise ou amenizar seus efeitos. Porém, estas não podem ser aplicadas de forma desvinculada ao contexto global, ou se restringirão a setores específicos e limitados, pouco contribuindo para a melhoria da situação do mercado de trabalho.

Conclusão

Através desta monografia, procurou-se apresentar algumas transformações através das quais as economias do mundo inteiro estão passando, embora de maneiras diferenciadas, desde a década de 80, mas principalmente durante a década de 90, decorrente da globalização.

Um dos objetivos deste trabalho foi demonstrar o processo de inserção do Brasil no mercado mundial e de que maneira a adoção da política neoliberal interferiu no desempenho econômico do país, bem como analisar a importância da ação do Estado, que se torna necessária e fundamental para que o Brasil realize uma transição para a abertura de sua economia de forma natural e que possa trazer reais benefícios para a população em geral.

Porém, ao contrário do desejado, pôde-se verificar que a passividade e a submissão aos interesses estrangeiros fizeram com que o país apresentasse um crescimento econômico medíocre nos anos 90, além de promover o agravamento da crise do mercado de trabalho brasileiro.

Os trabalhadores brasileiros enfrentam o crescimento da deterioração das condições de trabalho caracterizadas pela implantação do trabalho temporário, expansão do trabalho informal e o aumento do desemprego, porém não se deve incorrer no erro de atribuir às causas do desemprego apenas alguns fatores tomados isoladamente. É preciso analisar todo o cenário que o país construiu para enfrentar a concorrência internacional. Fatores internacionais, tecnológicos e sazonais, juntamente com as políticas econômicas adotadas pelo governo, contribuíram para que se instalasse a já observada insegurança do trabalho.

Este trabalho também procurou analisar a influência dos encargos sociais em relação ao custo do trabalhador brasileiro. Ao comparar os dados do Brasil com países desenvolvidos, pode-se chegar à conclusão que os gastos que as empresas têm para com o trabalhador brasileiro não são elevados, contribuindo relativamente pouco para elevar o custo da mão-de-obra no país. Portanto, o custo do trabalho não pode ser destacado como um dos elementos que prejudicam o desempenho do comércio internacional e do mercado de trabalho. Desse modo, pouca eficácia teria a redução dos direitos trabalhistas e o aumento do número de demissões, como defendem os grandes empresários.

É necessária a adoção de políticas mais complexas e abrangentes do que o simples corte nos encargos sociais para que a produção nacional adquira maior competitividade no mercado mundial.

Foi analisada a transferência da produção para outros países em busca de mão-de-obra barata como alternativa das grandes empresas para redução de custos e foi visto que o processo se dá principalmente na produção intensiva em trabalho, provocando demissões nos países desenvolvidos e maior precarização do trabalho nos países em desenvolvimento. Porém, paralelamente ao aumento de demissões e precarização, ocorre também a criação de novos postos de trabalho de alta tecnologia nos países industrializados, cuja mão-de-obra é altamente qualificada.

Em decorrência da crise pela qual o mercado de trabalho nacional está passando, foram analisadas algumas políticas alternativas que podem ser aplicadas no caso do Brasil, que devem estar aliadas ao crescimento econômico e melhor distribuição de renda.

Portanto, procurou-se justificar a necessidade de uma análise menos centralizada em apenas um ou outro fator que se pode ter como únicos causadores da crise do mercado de trabalho nacional. Uma visão mais abrangente se faz necessária para que se possa atingir os verdadeiros males que entram não só o crescimento, mas principalmente, o desenvolvimento econômico e social do país.

Referências Bibliográficas

ALCOFORADO, José Afrânio Fernandes Filho. **Globalização e Desenvolvimento Sustentável: o Brasil frente ao novo paradigma econômico**. FEAAC/UFC, Monografia de graduação. Fortaleza/CE, 1998.

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério. **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil** (Organizadores). São Paulo: Hucitec, 1997.

CAVALCANTE, Jacqueline Franco. **La mondialisation Financière et ses effets sur le développement économique au Brésil et au Chili. Une analyse sous l'optique du marché du travail: les années quatre-vingt-dix**. Tese de Doutorado, Universidade Paris-Nord, Junho 2001, Mimeo.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

DIAS, José Fernandes. **O que é Neoliberalismo?**, 1996

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAY, John. **Falso Amanhecer**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A Armadilha da Globalização**.
HYPERLINK: <http://www.banconordeste.gov.br/leitura/html/ler>. Consulta: 26 de abril de 2000.

MATOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1999.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Organizadores). **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.

O que é Globalização. Disponível (on line) na Internet. URL: www.liceusabin.br.
Consulta: 17 de maio de 2000.

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Theotonio dos. **Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

Sociedade Civil. Jornal O POVO, Fortaleza-CE, Domingo, 4 de fevereiro de 2001.

TAVARES, M^a da Conceição; FIORI, José Luís. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.